



**Universidade Federal do Pará
Instituto de Geociências
Faculdade de Oceanografia**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LAISA TOCANTINS MURTA COSTA

**A QUESTÃO AMBIENTAL NA VISÃO DO CAMPONÊS ILHÉU NO
ASSENTAMENTO PAULO FONTELES - ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM-PA.**

**BELÉM - PARÁ
DEZEMBRO - 2014**

LAISA TOCANTINS MURTA COSTA

**A QUESTÃO AMBIENTAL NA VISÃO DO CAMPONÊS ILHÉU NO
ASSENTAMENTO PAULO FONTELES - ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Oceanografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia.

Orientadora: Msc. Inaê de Brito A. Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Rollnic

Belém

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação(CIP)

C837o Costa, Laisa Tocantins Murta

A questão ambiental na visão do camponês ilhéu no Assentamento Paulo Fonteles – Ilha de Mosqueiro, Belém - PA / Laisa Tocantins Murta Costa – 2015

63 f. : il.

Orientador: Inaê de Brito A. Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Faculdade de Oceanografia, Belém, 2015.

1. Gerenciamento costeiro - Pará. 2. Gestão ambiental - Pará. 3. Agricultura Familiar. 4. Conhecimento tradicional associado. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 22. ed.: 333.7309811509146

LAISA TOCANTINS MURTA COSTA

**A QUESTÃO AMBIENTAL NA VISÃO DO CAMPONÊS ILHÉU NO
ASSENTAMENTO PAULO FONTELES - ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Oceanografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

Banca examinadora:

Orientadora: Msc. Inaê de Brito A. Nascimento.

Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Rollnic.

1ª Examinadora Msc. Daiane Evangelista Aviz da Silva.

2ª Examinador Msc. Rafael Paiva de Oliveira Diaz.

Coordenador Prof. Dr. Marcelo Rollnic.

AGRADECIMENTOS

Primordialmente a Deusa Mãe geradora e nutridora de tudo o que vive neste e nos tantos outros planos.

Aos meus pais que sempre me proporcionaram o apoio emocional e material na minha caminhada.

A minha Orientadora e amiga Inaê de Brito A. Nascimento e Co-orientador Marcelo Rollnic, pela paciência e por acreditarem na minha proposta.

A todos os amigos que me deram força pra seguir com o meu propósito nesse mundo cheio de obstáculos, especialmente a Carla Romano Amaral e Rafaella Simão Faria.

Aos moradores do Assentamento Paulo Fonteles, por me receberem de forma tão receptiva, facilitando a execução do trabalho e o tornando prazeroso.

"Na terra em que o mar não bate,
Não bate o meu coração,
O mar onde o céu flutua,
Onde morre o sol e a lua
E acaba o caminho do chão..."
(Caetano Veloso e Gilberto Gil)

RESUMO

As problemáticas alarmantes que envolvem a gestão costeira do bioma Amazônico necessitam de discussões para que seja possível a compreensão do conjunto de fundamentos causadores dos desequilíbrios socioambientais. Não obstante, a região das Ilhas próximas a sede metropolitana de Belém do Pará, mais especificamente a Ilha do Mosqueiro, sofre com as adversidades geradas pela ineficiência por parte dos órgãos gestores e instituições responsáveis pelo comando, logística e administração dos recursos locais. O ambiente mais prejudicado geralmente é o rural, caracterizado pela produção familiar com escassez de infraestrutura e assistência em todos os âmbitos. O presente trabalho consiste numa análise socioambiental pela perspectiva do camponês Ilhéu do assentamento rural denominado Paulo Fonteles, localizado na Ilha do Mosqueiro, distrito administrativo do município Belém, estado do Pará, através da implementação de questionários com a população, assim como a observação, registro, análise e classificação dos fenômenos ligados a gestão costeira dos recursos naturais. A população em questão pode ser definida como "tradicional cabocla", sendo composta principalmente por adultos e idosos de baixa escolaridade com muita experiência empírica em relação as atividades rurais. Houve uma boa correlação entre a percepção socioambiental dos entrevistados e os principais problemas ambientais diagnosticados, como o desmatamento e destino dos resíduos sólidos. A partir dessa compreensão, seria possível a identificação das variáveis críticas socioambientais dos ambientes em questão, facilitando a elaboração de soluções das adversidades através do empoderamento das comunidades e atores sociais locais.

Palavras-chave: Gestão costeira. Agricultura familiar. Territorialidade. conhecimento tradicional. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The alarming problem involving coastal management of the Amazon biome needs discussions in order to be able the understanding of the set of fundamental causes of imbalances. Nevertheless, the region of the nearby islands of the metropolitan area of Belém, Pará, specifically the Mosqueiro Island, suffers from adversities generated by the inefficiency of managers and agencies institutions responsible for the command, logistics and administration of local resources. The most affected environment is generally rural, characterized by family production with shortages of infrastructure and assistance in general. This work is a socio-environmental analysis through a native peasant perspective of a rural settlement called Paulo Fonteles, which is located on the island of Mosqueiro, administrative district municipality in Belém, Pará state, by implementing questionnaires to the population as well as the observation, record, analysis and classification of phenomena linked to coastal management natural resources. The population of this research can be defined as " Caboclo traditional " being mainly composed of elderly and adults with low education but with much empirical experience of countryside activities. There was a good correlation between the environmental perception of the respondents and the main environmental problems diagnosed, such as deforestation and disposal of solid waste. From this understanding, it is possible an identification of some variables socio-environmental reviews of the environment studied, facilitating the development of solutions of the adversities through the empowerment of local communities and social actors.

Keywords: Coastal management. Family farmer. Territoriality. Traditional knowledge. Sustainable development.

Lista de Figuras

Figura 1	Localização da Área de Estudo.....	22
Figura 2	Áreas Consolidadas pelo Turismo.....	26
Figura 3	Localização Georeferenciada Específica do Assentamento.....	28
Figura 4	Dados Demográficos do Assentamento.....	32
Figura 5	Cadeia Produtiva do Assentamento.....	33
Figura 6	Estrutura e Mobilização Social do Assentamento.....	35
Figura 7	Horta Colaborativa do Assentamento.....	35
Figura 8	Cartografia Social do Assentamento.....	36
Figura 9	Destino da Água residual do assentamento.....	38
Figura 10	Destino dos resíduos Sólidos do Assentamento.....	39
Figura 11	Queima dos Resíduos Sólidos no Assentamento.....	40
Figura 12	Percepções Sócio Ambientais dos Indivíduos do Assentamento.....	41
Figura 13	Influência Cultural no Comportamento dos moradores do Assentamento.....	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Território	3
1.2	Territorialidade (Ilheidade e Insularidade)	5
1.3	Desenvolvimento sustentável territorialidade	9
1.4	Conhecimento Tradicional e Cultura Ecológica	11
1.5	Agricultura Familiar: Histórico e Reflexões atuais na Amazônia	13
2	OBJETIVOS	17
2.1	Objetivo Geral	17
2.2	Objetivos Específicos	17
3	JUSTIFICATIVA	18
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	19
4.1	Caracterização da Ilha de Mosqueiro	19
4.1.1	Características Gerais.....	19
4.1.2	Histórico da Ocupação.....	22
4.1.3	Turismo.....	25
4.2	Caracterização do Assentamento Paulo Fonteles	27
5	METODOLOGIA	29
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
6.1	Caracterização da população	31
6.2	Identificação das variáveis críticas socioambientais na Visão do Assentado	36
6.3	Cultura ecológica e Etnoconservação	42
7	CONCLUSÃO	45
	REFERENCIAS	46
	ANEXO	52

1 INTRODUÇÃO

Ao decorrer das últimas décadas, a região Amazônica tem sido tema interesse de diversos pesquisadores que procuram estudar as dinâmicas econômicas, da sociedade e do território. Temas referentes ao agro extrativismo e problemáticas urbanas são muito frequentes e dentre as dinâmicas urbanas, alguns temas se destacam como: a mudança nos processos produtivos, relações de trabalho, planejamento, urbanização, redes de sociabilidade, movimentos sociais, marginalidade e exclusão social (CASTRO, 2004). Dentro desse campo de interesses, o desenvolvimento territorial parece ter importância permanente.

Em decorrência de uma série de aspectos geopolíticos, ambientais ou agrários, a questão do território constitui eixo fundamental do debate sobre a incorporação de espaços amplos e públicos, ao processo de desenvolvimento nacional e discussões acerca da sustentabilidade nas cadeias produtivas.

A constante preocupação em tratar dos desequilíbrios regionais refletem as desigualdades sociais intensificadas pela imensidão de nosso território, incorporando preocupações essenciais, relacionadas à qualidade da infraestrutura para a integração de nossas regiões e de suas economias, especialmente no que diz respeito à logística, ao acesso a equipamentos sociais e a bens públicos necessários, e ao atendimento à população, entre diversas outras premissas ligadas a gestão territorial.

Ironicamente, mesmo em ambientes continentais, temos um “território arquipélago”, sendo que a dinâmica do desenvolvimento produz uma dinâmica territorial fragmentadora. Ao dividir os espaços em ilhas de prosperidade e excelência, onde a qualidade de vida e os indicadores sociais e econômicos são díspares em relação ao “oceano” que circunda esses arquipélagos, o qual comporta uma imensidão de pequenos negócios em condições bastante precárias, limitando a viabilidade de inserção de mercado nos processos de globalização do resto do país (THÉRY, 1995).

O enfoque das pesquisas de âmbito social que permeia as problemáticas supracitadas, fez com que emergissem questões relacionadas ao protagonismo local, ao empoderamento das populações dessas localidades e à capacidade proativa de engendrar processos de mudanças e de pactuar

estratégias e projetos de desenvolvimento. A participação do poder local, cria condições favoráveis ao surgimento do desenvolvimento sustentável dos negócios existentes, assim como a valorização dos patrimônios territoriais e culturais através do conservacionismo.

Nesse contexto, as etnociências surgiram para a representação da forma atual de incorporação destes saberes tradicionais no conjunto de conhecimentos técnico-científicos para subsidiar as políticas públicas (BATISTA, 2004). Em 2003, no Simpósio Brasileiro de Oceanografia, iniciaram-se formulações acerca da etno-oceanografia (DIEGUES, 2003), que seria o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas pelas populações tradicionais a respeito dos processos que a ciência ocidental classifica como oceanográficos (MOURA ; DIEGUES, 2007; 2008).

O estado do Pará exhibe deficiências alarmantes na execução dos Programas de gestão costeira. Considerando o suporte desfavorecido da sociedade e populações locais, escassez no desimpedimento de informações e recursos financeiros, e por fim, ausência de coordenação institucional, não é difícil vislumbrar as consequências desse cenário.

A zona costeira do Estado do Pará não possui uma ótica sistêmica e integrada, de forma que esta seja vista como parte de um processo multidisciplinar e participativo de intercomunicação de conhecimentos científicos e tradicionais para o melhor entendimento dos seus processos ecossistêmicos. O olhar dicotômico e fragmentado da realidade induzido pelos limites municipais ainda impera sobre o planejamento e implementação de políticas, instrumentos e programas de gestão pública na zona costeira (SZLAFTEIN, 2009).

A Ilha de Mosqueiro situada no estado do Pará, próxima a região metropolitana de Belém é cenário de implementações de assentamentos de reforma agrária nos quais a agricultura familiar prevalece como uma das atividades socioeconômicas predominantes. Apesar da totalidade de estudos formulados acerca da etno-oceanografia tenham enfoque nas comunidades tradicionais pesqueiras, este trabalho analisa a perspectiva do camponês ilhéu assentado na zona costeira insular Amazônica, discutindo as problemáticas ambientais através da ótica conceitual deste e propondo um diálogo inclusivo nas problemáticas críticas que envolve a gestão desse ambiente.

1.1 Território

Derivado do latim *territorium*, o termo território é originário de *terra* e significa pedaço de terra apropriado. Dissemelhante da conceituação de espaço, o qual representa um maior nível de abstração, o território consiste no espaço apropriado por um determinado ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões (RAFFESTIN, 1993).

Qualquer território será o efeito da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço, não reduzindo-se à sua dimensão material ou concreta; também pode ser definido como, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço (RAFFESTIN, 1993).

É constituído temporalmente, remetendo a diferentes contextos e escalas, daí vem a necessidade de sua consequente análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica, cada qual, seguindo suas abordagens específicas.

A gênese de sua dinâmica e a diferenciação dos territórios estão vinculadas a uma sorte de dimensões. Sua esfera física, é composta pelas características geoecológicas e recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação), bem como aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais. Correspondente à sua materialidade, a partir da qual são descritas as configurações territoriais, os elementos e recursos naturais de um dado território são transformados em potencialidades.

Dependendo da percepção da importância de tais recursos pela sociedade, há integração a suas práticas territoriais, as quais podem oferecer riscos pelo caráter predatório para com seus recursos e degradantes da qualidade ambiental; ou sustentáveis do ponto de vista da conservação, pela geração do mínimo impacto possível e equilíbrio do meio ambiente local.

A dimensão simbólica, reúne o conjunto particular de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade (SOUZA, 1995).

O território é o alicerce e efeito da formação de identidades individuais e coletivas, motivando sentimentos de pertencimento e de especificidade, permitindo que as representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetem-se e materializem-se no espaço, transmutando-os em símbolos geográficos e fornecendo referências ou modelos comuns aos atores sociais para cristalizar uma identidade territorial.

Através da geração de uma identidade coletiva vinculada ao território, são estabelecidas as relações com os outros, e determinados os papéis dos atores sociais com seus respectivos heróis e vilões. Essa faceta simbólica do território pode expressar-se também em reivindicações territoriais da comunidade ou grupo social (SOUZA, 1995). As representações, tanto de origens sociais como as individuais, cooperam para forjar o território firmando o patrimônio ideológico que atua no sentido da sua conservação e consolidando uma complexa relação território / identidade / mito / legitimação política. "O espaço molda coercitivamente os hábitos e costumes do dia-a-dia que, por sua vez, permitem a estrutura comunitária." (MAFFESOLI, 1984).

Desse modo, o imaginário territorial de uma população ou de uma região é povoado de imagens e emblemas (cultura) que comprovam a instituição de um poder, de uma identidade, de sua organização efetiva sobre um território e de sua projeção no tempo e no espaço. Podendo então atuar como utopia para projetos futuros, identidade cultural e memória coletiva trazidos dos ancestrais (SÉNÉCAL, 1992).

As dimensões econômicas e sociopolíticas dos territórios, estão relacionadas respectivamente aos modos de organização espacial dos processos de produção, consumo e comercialização, e do meio criado para as interações sociais ligados as relações de dominação e poder (SOUZA, 1995).

Pela ótica de povos tradicionais, a distribuição territorial é uma questão cotidiana, embasada nos interesses socioeconômicos e culturais. Para tanto, as ferramentas de cogestão tem o dever de reconciliar visões de cima com visões de baixo, como alternativa às formas centralizadoras e homogeneizadoras de ordenamento territorial operantes. Para esses povos, a manutenção e defesa de seus territórios históricos mesmo sem apoio governamental definem a problemática do ordenamento territorial. O que está em jogo é a capacidade do Estado brasileiro lidar com novas exigências de

pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A fundamentação dos territórios dos povos tradicionais se dão em uma escala de décadas, ou séculos de ocupação efetiva, fornecendo um fardo histórico às reivindicações territoriais. Esses territórios que formalmente ficaram fora das propriedades da Colônia, do Império e, mais recentemente, da República, porém este fato não deslegitima as reivindicações por parte das populações.

Uma razão histórica e não instrumental surge, ao mesmo tempo em que mostra a força histórica e persistência cultural desses povos. Logo, a exteriorização dessa territorialidade não depende da figuração de leis ou títulos, mas ganha vida na memória coletiva incorporando dimensões simbólicas e de identidade cultural, e relação da população com o meio ambiente, aprofundando e dando consistência temporal ao território (LITTLE, 1994).

1.2 Territorialidade (Ilheidade e Insularidade)

A territorialidade cerca “a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos humanos”. Esta concepção foi incorporada pelas ciências sociais e humanas (psicologia, sociologia, antropologia e geografia) partindo do pressuposto que os comportamentos humanos necessitam também de análise na dimensão espacial (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A definição de territorialidade relaciona-se às interações entre um cidadão ou grupo social e seu meio de referência, evidenciando-se em diferentes níveis geográficos (local, região, país, nação) e expressando um certo sentimento de pertencimento, ligado a um modo de agir num dado espaço geográfico. Este conceito difere-se ligeiramente nos níveis individuais e coletivos, sendo que no primeiro, a territorialidade exprime o espaço pessoal imediato, inviolável. No âmbito coletivo, a mesma se torna um meio de regulação das interações sociais, reforçando a identidade de um povo ou comunidade. Dessa forma, os processos dinâmicos e cumulativos de trocas e

transmissões de experiências, conhecimentos e percepções se torna um elemento singular na geração da cultura e da própria territorialidade, como condição social (MAFFESOLI, 1984).

A comunidade neste caso é definida como um conjunto social unido por interesses semelhantes, compartilhando certas vezes a mesma origem e com frequência, um território em comum. A eventualidade do nascimento, ou da residência, ou até mesmo de laços estritamente jurídicos não são suficientes para elucidar o pertencimento a uma comunidade, pois esta supõe aceitação voluntária ou consciência desse pertencimento, remetendo a um vínculo mais forte do que aos de coletividade ou sociedade (SOUZA, 1995).

As normas sociais e valores culturais tendem a regular a territorialidade, variando no tempo, espaço e sociedades. Como produto do convívio entres seres humanos, da socialização e psicologia coletiva, sempre é mediada pelo espaço, pode ser remetida ao abstrato, como as relações de poder espacialmente delimitadas e operantes sobre um substrato referencial e ao sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SOUZA, 1995).

Não poderá ser sinônimo de raízes territoriais, pois é transmutável e dinâmica, a exemplo de migrantes ou imigrantes que tomam posse de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em novos espaços. A territorialidade contempla a experiência em múltiplas dimensões (econômica, política, social e cultural), em um interminável processo de retroalimentação onde os homens modificam e são modificados pelo sistema de relações existenciais e produtivistas (RAFFESTIN, 1993). É possível inclusive a existência de uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico, caracterizando a cultura como um importante instrumento de adaptação das populações humanas aos diferentes ambientes ecológicos (SÉNÉCAL, 1992; LARAIA, 1986).

A distinção, mesmo que parcial de um território, seria uma forma de ampliar o controle sobre este, provendo significado aos limites territoriais e retificando o poder sobre este território através da formação de identidades coletivas. Isto torna a territorialidade um elemento de coerência social, e também fonte de atritos, hostilidades e exclusões (ALBAGLI, 2004).

Dentro da conjectura de uma territorialidade particular ao ambiente insular, introduz-se os conceitos de "Ilheidade" e "Insularidade", sendo que o

primeiro reporta-se à identidade cultural do ilhéu dissemelhante do continental, como resultado de práticas sociais e econômicas em um espaço confinado e cercado pelo elemento água, nesse caso, o rio. A insularidade caracteriza os processos relacionados com a distância e o isolamento geográfico e social proposto por Diegues et al. (1998).

Os ambientes costeiros, rios, mares e oceanos desde tempos remotos foram objetos de vastas simbologias e de práticas culturais antigas, conhecimento e curiosidade ligadas a diversas atividades desenvolvidas nesse território. Tais atividades foram exigindo um conhecimento crescente do mar e dos fenômenos observados no meio ambiente, a partir das práticas culturais conservadas durante vários milênios. As imagens, símbolos e mitos que manifestam o imaginário humano acerca das Ilhas remontam à formação de sociedades e o mundo insular. De acordo com a Psicologia Analítica Junguiana, o símbolo marítimo-insular pertence ao inconsciente coletivo da Humanidade, que devido a profundidade e essência, pouco varia entre as sociedades. Pela ótica Antropológica, o mesmo é gerado socialmente, a partir de práticas sociais e simbólicas (DIEGUES, 2008).

"Tais práticas permitiram a perpetuação de um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos a ser explorado pela chamada etnociência marítima. As explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar. Por isso há importância na ênfase da necessidade de uma visão interdisciplinar dos fenômenos marítimos e insulares, a partir das várias formas de saberes que incorporam a ciência e o conhecimento das comunidades" (DIEGUES, 2008, p.7).

A ilheidade é um conceito criado por pesquisadores europeus, que ao se aprofundarem em estudo dos ambientes insulares, identificaram uma redescoberta dos ilhéus por si próprios, com a afirmação de sua distinta identidade cultural, marcada pela presença de mitos. Tal restauração da identidade através da valorização de seu estilo de vida e território parece estar associada a retomada de consciência de um modo de vida particular, agregado a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito

de seu espaço geográfico-cultural e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta e comportamento provindas de sua insularidade (DIEGUES, 1998).

A especificidade das sociedades insulares, tanto humanas como as mais diversas gêneses da fauna e flora são objeto de interesse de pesquisadores ao redor do mundo. Segundo Doumenge et al. (apud Diegues, 1998; p. 63):

[...] o isolamento insular tem grande influência sobre os mecanismos biológicos não-humanos, resultando no empobrecimento das espécies e numa maior fragilidade das associações. A repartição das espécies vegetais ou animais, terrestres ou marinhas, é diretamente tributária da distância da ilha em relação ao continente...O isolamento, que diminui fortemente o número de espécies de povoamento, protege os primeiros ocupantes retirando-os das pressões da competição posterior. As espécies antigas, que são eliminadas nas regiões continentais, em benefício de espécies novas, mais adaptadas, podem subsistir nas ilhas.

Logo, a proteção gerada pelo isolamento geográfico limitado pela água, acarreta na produção de um imaginário específico na população induzida pela presença do elemento água (rios ou mares), envolvendo tanto os pescadores como indivíduos das mais diversas atividades em um ambiente permeado por histórias, lendas, mitos, imagens, ruídos, cores, etc, em seu cotidiano (FONSECA, 2000).

Estas especificidades de caráter sociocultural, econômicas e políticas procedem das formações físicas variadas, assim como de suas particularidades na natureza das atividades em desenvolvimento. Existem ambientes insulares com o funcionamento voltado para o seu interior, a exemplo, a agropecuária pode reter os habitantes mais distantes da região litorânea. O que não significa a ausência da relação com os rios e mares da região (FONSECA, 2000).

1.3 Desenvolvimento sustentável e territorialidade

As discussões acerca do conceito de sustentabilidade apresentam divergências, em grande parte pela vulgarização do termo que ao invés de distinguir a elaboração de critérios e propostas do ponto de vista ecológico, se transforma também em uma estratégia de marketing, levando em consideração uma premissa predominantemente econômica (FATHEUER, 1998). O fenômeno do desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico, que apesar de necessário, não é suficiente. Este é produto do conhecimento e aproveitamento dos ativos locais, das oportunidades, potencialidades, vantagens comparativas e competitivas já existentes em cada território, que podem ser dinamizadas pelo planejamento participativo e pela gestão compartilhada (GIANI, 2004).

Na resolução dos problemas ligados a degradação ambiental gerada pela exploração descomedida dos recursos voltados para o mercado, a regulação social age através da implementação de políticas públicas, participação, cidadania e transparência, que são as chaves para que o desenvolvimento faça com que o mercado sirva para os fins definidos pelos sujeitos sociais de maneira sustentável.

No panorama do desenvolvimento local, o território opera como elemento de transformação sociopolítico-econômica, desempenhando o *locus* privilegiado para novas formas de cooperação entre os distintos agentes sociais, políticos e econômicos. Constituindo um espaço para a consolidação de redes sociais firmadas em novas territorialidades, promovendo uma dinâmica entre os conhecimentos modernos e o tradicional. Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento e fortalecimento da territorialidade, fazendo-a reverter em favor do dinamismo e da sustentabilidade social, econômica e ambiental local.

Segundo Albagli et al. (2002), certos elementos são fundamentais para a consolidação das territorialidades em favor do desenvolvimento local e sustentável, dentre eles, são possíveis citar:

I) **Identificação e caracterização das unidades territoriais relevantes**

Enquanto regiões sujeitas ao desdobramento de ações que permitam promover o empreendedorismo local com base nas suas potencialidades endógenas.

A partir das territorialidades já existentes, traçar o discernimento de identidade e pertencimento territorial, senso e exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interações entre atores locais. Dessa forma é possível utilizá-los como ponto de partida, por serem relativamente mais estáveis e mais facilmente visualizadas e reconhecidas, e também por representarem objetos de estratégias territoriais que proporcionam o desenvolvimento das unidades e territorialidades conseguintes.

II) **Concepção do conhecimento sobre o território**

Enquanto sistema de objetos materiais e sistema de redes de ações e inter-relações. É necessário identificar e caracterizar as especificidades que melhor transponham e distinguem aquele território, assim como as que representem potencialidades de vantagens comparativas, de dinamismo socioeconômico local, de desenvolvimento sustentável estruturados a partir das dimensões física e natural, político-institucional-organizacional, simbólico-cultural e econômica do território.

III) **O incentivo a sociabilidades**

Acionando e estimulando particularmente atores e quadrantes sociais que imprimam dinamismo local característicos por serem genuínos e de tradição. A busca de possíveis modalidades de ação coletiva através desses atores, é identificada.

IV) **O reconhecimento e a valorização da territorialidade**

Como subsídio não apenas de dinamização produtiva e comercial, mas como forma de desenvolvimento local sustentável. Neste caso, o resgate e o enriquecimento de imagens e símbolos, definindo níveis de intervenção dos poderes públicos e organizações locais, podem ajudar a estabelecer parâmetros de qualidade e de sustentabilidade em todos os níveis.

Possibilidades para novos acordos surgiram através da consagração da concepção do desenvolvimento sustentável como elemento do novo paradigma de desenvolvimento. Com a demanda de alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável, as comunidades e povos tradicionais serviriam de aliados devido à natureza de suas práticas históricas de adaptação.

Por conseguinte, a sustentabilidade ecológica da ocupação dos povos ao decorrer de longos períodos de tempo, baseada em maneiras de exploração de baixo impacto e pouco depredadoras dos ecossistemas se expressa na dimensão ambientalista dos territórios sociais. A amplitude geográfica é complementada pela profundidade histórica dessa sustentabilidade, que é um elemento chave na fundação de parcerias entre os setores do movimento ambientalista e os diversos grupos sociais e pode conduzir a implementação de formas de cogestão de território, onde o governo com seus respectivos órgãos ambientais e um determinado grupo social entram em sinergia na proteção e uso de uma área geográfica específica (RIBEIRO, 1992; LITTLE, 1995; LITTLE, 2001).

1.4 Conhecimento Tradicional e Cultura Ecológica

O conhecimento tradicional é intrínseco ao contexto social e espacial, podendo ser interpretado somente na conjuntura cultural em que é gerado. Desta mesma forma, os mitos locais são consequências de evoluções culturais e aprendizados sociais que, eventualmente, beneficiam a representação de relações ecológicas que se aproximam mais da realidade do que o conhecimento científico (DIEGUES, 2000; RUDDLE, 2000; ALLUT, 2000; SEIXAS e BERKES, 2003; GOMEZ-POMPA; ANDREA KAUS, 2000).

O conhecimento tradicional pode ser designado como a "ciência" das populações tradicionais, que possui caráter transgeracional, local, prático, dinâmico e mitificado em quase todos os casos a etnociência é constituída pelas pesquisas com enfoque voltado para o conhecimento tradicional. A imprescindibilidade da transmissão desse conhecimento através das gerações é a dimensão da fé que nele é conservada (ALLUT, 2000; BERKES, 1999; DIEGUES, 2000; JOHANNES, 1977; MARQUES, 2001; POSEY, 1986; SEIXAS; BERKES, 2003).

Esta modalidade de conhecimento teria a capacidade de proporcionar ordem ou ação ordenada no processo de adaptação ao mundo em constante mudança. Uma subsequente hierarquização da base desses conhecimentos seria obtida de maneira ampla através do aprendizado perceptivo. Desse modo, a percepção sensorial atuaria como receptora de informações além dos saberes antepassados (ALLUT, 2000).

Os tipos de conhecimentos das diferentes categorias socioambientais sobre o ambiente que ocupam é coligado a classificação do grau de sustentabilidade da ocupação.

A cultura ecológica denominada "mitógena" caracteriza-se por derivar diretamente do mito, estando os elementos naturais incluídos e pensados exercendo o seu papel mitológico e lugar no cosmo ativo.

Este tipo de cultura, em alto grau indígena, possui muita semelhança a "tradicional cabocla" no que se diz respeito a transmissão oral de conhecimentos através das gerações. Porém diferem-se na composição, sendo predominante os fragmentos de diversas tradições (de origem indígenas e ibéricas) e não a referência a um cosmo singular ou ciclo coeso de mitos (LIMA, 2001).

Ambas as culturas amazônicas, "mitógena" e "tradicional cabocla" compartilham a perspectiva não dualista que concebe uma ordem integrada e comunicante entre os povos e a natureza. As diversas histórias que relatam transformações de pessoas em seres míticos "encantados" (SLATER, 1994), além de vastos conhecimentos ecológicos assim como modelos de interação com o ambiente fundamentados em mitos, sanções e tabus como o curupira, mães de "bichos" entre tantos outros, regulam a exploração das espécies locais (DESCOLA 1994; ARHEM 1996, GALVÃO, 1951,1955; DA MATTA, 1973). A cultura ecológica possibilita a referência genérica a qualquer forma de percepção, conhecimentos e práticas de grupos sociais diversos, sejam ele tradicionais ou não (LIMA, 2001).

Sobre as narrativas, que são de grande importância na perpetuação da simbologia, podem ter suas origens com a história da humanidade, recorrente em diversos tempos, espaços, classes e grupos sociais (BARTHES, 1973). As narrativas orais se diferem por se apresentarem como subgênero não aplicado a teoria literária, e apesar de seus personagens não surgirem de experiências

reais, nos relatos orais o cotidiano dos contadores é destacado, estando ligado a memória e tradição da comunidade que os cerca. Logo, a construção verbal tem caráter portador de uma memória coletiva, reunindo comportamentos sociais, costumes e concepções da realidade de cada cultura (RAMOS, 2010).

A memória também exerce papel crucial no imaginário, por se manifestar como a faculdade de retenção de ideias, imagens, conhecimentos e expressões adquiridas anteriormente, reportando-se a lembranças e reminiscências. Nas narrativas orais da Amazônia, a memória é indissociável a prática da preservação de hábitos e costumes que caracterizam a tradição, que pode ser conceituada como a forma de saber comum, perpetuada através das gerações, com força e dimensão capazes de habilitar as comunidades para a descoberta e explicação dos fenômenos naturais, com sabedoria e competência (OLSSON; FOLKE, 2004).

A compreensão dos processos ecossistêmicos aparenta ser uma via de co-evolução sócio ecológica, envolvendo o acúmulo de conhecimento individual e coletivo sobre o ecossistema assimilado na "memória social" (OLSSON; FOLKE, 2004).

1.5 Agricultura Familiar: Histórico e Reflexões atuais na Amazônia

Na Amazônia em sua esfera fundiária, o que delimita os grupos extrativistas é a apropriação familiar e social dos recursos naturais. A exploração desses recursos são realizadas por famílias, sendo em alguns casos, como a caça e pesca, tratados no âmbito coletivo. As regras acerca da coleta e destinação ao mercado é geralmente elaborada segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas. Na representação dos grupos sociais inclusos na categoria de tradicionais, as comunidades extrativistas tendem a ser distintas pela natureza dos produtos que extraem e comercializam (seringueiros, castanheiros, babaçueiros, pescadores), ainda que este constitui apenas um elemento do sistema complexo de adaptação que abrange a caça, pesca, agricultura, fruticultura e criação de pequenos animais (MORAN, 1974).

A Amazônia colonial teve o seu processo de exploração iniciado principalmente em decorrência da demanda europeia pelos recursos disponíveis nesta, como as chamadas "drogas do sertão", minérios e cana de

açúcar. Juntamente com as organizações religiosas representadas pelas expedições cristãs, os colonos se estabeleceram na região.

Após a abolição do trabalho escravo no século XIX as classes dominantes introduziram a propriedade privada da terra através da Lei da terra no Brasil (1850), transformando áreas públicas em propriedades de usufruto privado (WIENOLD, 2006).

Estas elites sociais, com o intuito de manter seu controle sobre os produtores promoveram meios para que a população local não pudesse aproveitar as mesmas oportunidades de acesso a terra, mantendo dessa forma sua dependência patronal. Uma série de procedimentos legais de grande complexidade e burocracia foram estabelecidos com o objetivo de excluir os produtores na obtenção de títulos da terra e permanecerem subordinados (BUNKER, 1985).

Em meados da década de 60 a 70, a “segunda colonização” amazônica se deu a favor dos interesses econômicos e geopolíticos do Regime Militar vigente que, através de incentivos fiscais a atores externos capitalizados (grandes latifundiários do sul do país), favoreceram a instalação do agronegócio reforçando a desigualdade predominante entre a elite e produtores familiares com a justificativa da transformação de terras florestadas “socialmente inúteis” em “áreas cultivadas”. No ano de 1974, o Estado retirou qualquer suporte a novas áreas de colonização que fossem induzidas por produtores familiares apesar de manter o apoio a ocupação empresarial, com o oferecimento de infraestrutura e créditos por meio de instituições como a *Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (TRECCANI, 2001).

Esta trajetória desigual do “desenvolvimento” rural não poderia deixar de apresentar consequências que se refletem no padrão de distribuição da ocupação desses espaços, deveras como nas diversas sortes de conflitos de terras observados no estado do Pará.

As comunidades estabelecem pouco contato com atores externos, sendo que o manejo de recursos das suas áreas de habitação são predominantemente baseados da cultura e tradição, transmitidos através da oralidade. Os cultivos não tem objetivo lucrativo em geral, sendo

primordialmente para subsistência das famílias, associado ao extrativismo florestal para o atendimento das necessidades mais imediatas de consumo.

Estas populações permanecem com escassos ou nenhum amparo financeiro, estrutural e/ou tecnológico para uma ascensão econômica permanecendo com relativa alta dependência do patrão (retentor dos títulos de terra) ou de mediadores intermediários (atravessadores) que serão os responsáveis pela comercialização dos produtos e mercadorias. De acordo com o estudo realizado pelo projeto Forlive na Amazônia (2010) as famílias são geralmente pobres e, frequentemente, a situação alimentar e de saúde são precárias.

O modo de vida insalubre do campo acaba incentivando o êxodo rural para regiões onde a promessa de melhoria na qualidade de vida se equiparam as expectativas do camponês. No ambiente rural, as consequências dessa migração para os grandes centros são graves, levando em consideração que o despovoamento das famílias tradicionais causa a desarticulação da produção e favorece a ocupação desordenada de residentes externos sem enraizamento. As ações produtivas entram em desacordo e sem compromisso com o ideal conservacionista, propiciando a degradação pois houve o rompimento dos costumes, cultura e tradições que levam a perda de conhecimento sobre os recursos naturais.

Nos grandes centros, o efeito do êxodo rural pode ser observado pelo o aumento da densidade populacional nas periferias, já que geralmente os imigrantes tem baixa escolaridade e pouco conhecimento técnico para se adequarem as exigências do mercado. Marginalizada, essa população ocupará regiões com condições precárias de saneamento, saúde, educação e moradia. Como exemplo a Grande Belém, que a medida em que as periferias foram aos poucos se estabelecendo na região costeira próximas a canais e furos de maré, foi intensificado e acelerado o processo de degradação ambiental nessas áreas (MACHADO, 1998).

O campesinato histórico amazônico fundamentalmente não afeta fortemente de maneira negativa a sustentabilidade ecológica em decorrência de um arranjo de fatores internacionais e limitantes. O objetivo da produção doméstica seria garantir o consumo dos membros da família, a qual irá gerar a

lógica de aplicação dos rendimentos do trabalho, que influencia diretamente a pressão de uso sobre o ambiente.

A subjetividade na definição dos limites de produção, resultam da variabilidade das "necessidade" de acordo com a cultura, sendo de fato o maior fator limitante da produção. A economia doméstica voltada ao sustento familiar é subjetiva à sua determinação de valores, a visão dos produtores sobre a conservação garante a manutenção do seu modo de vida (LIMA, 2001).

O histórico de migrações realizadas pelo grupo influencia a maneira específica de construção da memória coletiva. A memória espacial não necessariamente é alusiva ao local de origem primordial do grupo, possui caráter dinâmico, podendo ser modificada para atender a novos movimentos e circunstâncias (LITTLE, 2002).

Ao decorrer da última década, uma ampla gama de autores vêm reconsiderando a dimensão social do meio rural, tanto quanto suas atividades econômicas desenvolvidas, levando em consideração o acesso dos indivíduos a determinados tipos de bens e serviços. A nova visão consolidada é a de que o mundo rural tornou-se uma realidade tão heterogênea quanto a sua contraparte urbana (MARTINS, 2000; MORMONT, 1990; MARSDEN et al. 1993; MARSDEN; MURDOCH, 1994; VEIGA et al. 2001; SARACENO, [s.d]).

A tendência gerada por esse novo olhar, estimulou uma sequência de alterações nos parâmetros conceituais utilizados pela teoria social e pela economia em relação a "mundo rural". Dentre elas, a multidimensionalidade do universo e políticas sociais conduzidas a este devem visar o desenvolvimento do agregado heterogêneo de atividades alojadas, além da melhora na condição de vida de todos os habitantes, e não tão somente dos agricultores da determinada região. Por conseguinte, a heterogeneidade social pode representar um fator positivo a fim das possibilidade de desenvolvimento (MARSDEN, 1989; SARACENO, [s.d]).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar os problemas ambientais da Ilha de Mosqueiro na visão da população do Assentamento Paulo Fonteles, analisando como a área respectiva ao assentamento é utilizada e manejada.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar o mapeamento participativo / cartografia social dos espaços utilizados pelo assentamento, com geração de um mapa de identificação.
- Identificar a categoria socioambiental geral dos moradores do assentamento Paulo Fonteles.
- Caracterizar a territorialidade da comunidade local a partir de como se estabelecem as atividades da mesma, discutindo conceitos de cultura ecológica, identificando se há ou não etnoconservacionismo na área.
- Realizar o levantamento de discussões acerca da Gestão ambiental, manejo de recursos e seus respectivos impactos ambientais em relação as questões socioambientais de maior relevância para a comunidade.

3 JUSTIFICATIVA

Considerando as zonas costeiras e insulares da Amazônia Paraense e a importância desses ambientes e ecossistemas, é inverossímil o negligenciamento das problemáticas que envolvem o gerenciamento costeiro da Região Norte.

A falta de suporte às comunidades locais e sociedade, insuficiência na coordenação institucional, escassez na disponibilidade de informações e ausência de recursos financeiros justifica o alarmante atraso no desenvolvimento costeiro no estado do Pará.

Partindo desse pressuposto, o estudo e conhecimento das comunidades locais e populações tradicionais, suas formas de ocupação e modos de produção, assim como o manejo de recursos e as adversidades que imperam no meio ambiente que os cerca são de mérito indiscutível para uma administração mais sensata, a desobstrução do desenvolvimento dos Planos de Gerenciamento Costeiro e para o aniquilamento das indefinições existentes nessas regiões.

Identificando empreendimentos gestados pelos órgãos governamentais, de intervenção em áreas concernentes à conservação e propondo ações que ofereçam alternativas viáveis a conciliar a presença do homem nas proximidades de redes hidrográficas e seus anseios de bem estar, com a conservação do meio, permitem a constituição de um potencial recrutamento de indicadores informativos a serem utilizados posteriormente em estudos de casos no Distrito de Mosqueiro.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Caracterização da Ilha de Mosqueiro

4.1.1 Características Gerais

As cidades do estuário Amazônico integram pontos de um sistema de redes sociais, econômicas e culturais, estimulando trocas agrícolas, extrativistas, comerciais e industriais, em grande parte permanecendo na informalidade. Estas redes traduzem as diferenciações sociais intercidades e modalidades de participação dos atores econômicos e sociais. Seus elementos distintivos são as formas de apropriação do território e seus respectivos recursos (CASTRO, 2004). É importante destacar que ambos os grupos pertencentes ou não a divisão política relativa ao município de Belém, se inter-relacionam de maneira ecossistêmica e social com a capital por meio do fluxo de recursos, fatores naturais estuarinos e população ribeirinha (SILVA, 2010).

A região das Ilhas próximas a região metropolitana de Belém veem recentemente passando por um rápido processo de desmatamento e poluição das praias e furos em razão do aumento populacional. Em decorrência das fronteiras territoriais de Belém na porção continental e o crescente crescimento demográfico, a expansão tende a se orientar em direção as ilhas, atenuando os limites entre a Belém insular e a continental. Esta atenuação segundo Faure, Prost e Castro et al. (2004), vem causando grande impacto nas áreas que constituem a franja da cobertura vegetal mais preservada do município de Belém. É notável também, a interferência dos corpos hídricos na dispersão da poluição gerada em Belém. Os processos físicos estuarinos provocam, além da diluição desses poluentes, o transporte destes em direção ao norte, onde estão situadas as principais praias do município, interferindo assim diretamente na balneabilidade das mesmas. (SIOLI, 1960)

A Ilha de Mosqueiro compõe o mosaico de ilhas próximas a Grande Belém na região costeira do nordeste paraense, Amazônia Oriental. Segundo registros históricos, sua denominação é oriunda em parte da atividade de moqueio, praticada pelos índios Tupinambás, seus antigos habitantes, ou de uma vila existente em Portugal com o mesmo nome.

Aproximadamente ao norte da cidade de Belém entre 01°03' e 01° 05' de latitude Sul e entre 48°29' e 48°18' de longitude Oeste (W) de Greenwich, Mosqueiro representa a porção norte do município de Belém e abrange cerca de 40% do território da capital. A extensão total da Ilha compreende 21.254,67 ha, restando área maior que a continental de Belém (17.378,63 ha). O distrito é composto além da ilha de Mosqueiro, pelas ilhas de São Pedro, do Maracujá, das Pombas, do Papagaio, Cnuari, da Conceição, do Maruim I, do Maruim II e mais 04 (quatro) sem denominação (FURTADO, 2009).

Hidrográficamente, é limitada pelas baías do Guajará, Santo Antônio e Marajó entre suas porções sudoeste, oeste e noroeste; a norte e nordeste pela baía do Sol e pelos furos do Maguari e das Marinhas ao sul e sudeste. São denominados "furos", os canais de ligação entre os cursos d'água, a um lago, ou pela montante a foz em que deságuam os cursos d'água (PARÁ, 1991). O furo das Marinhas notabiliza-se pelo seu destaque na navegação regional, sendo de grande importância (PINHEIRO, 1987).

A rede hidrográfica da Ilha é formada por rios furos e igarapés:

Dentre os rios destaca-se o Pratiçara que deságua na baía de Guajará, tendo como afluente o rio Murubira à margem direita, além do igarapé Tamanduá. Na margem esquerda recebe o igarapé Curuatu; o rio Mari-Mari, que desemboca no furo do Maguari, o Sucurijuçara que deságua na baía do Sol; já os furos Pirajuçara e Bacabeira vertem para o furo das Marinhas, enquanto os igarapés Santana, Cajueiro e Carananduba vertem respectivamente para a baía do Sol, e para a praia do mesmo nome (FURTADO, 2009, p.12).

A ação das ondas no ambiente costeiro fluvial faz da ilha um lugar peculiar comparado as demais regiões ribeirinhas e favorece o turismo. Na porção sul as altitudes são próximas a do nível mar e canais de maré se formam, adentrando a Ilha (BEHLING, 2004).

O clima da ilha de Mosqueiro é semelhante ao de Belém: tipo Af, designando-se como equatorial, super úmido, sem estação seca, com períodos chuvosos de dezembro a maio e menos chuvoso de julho a novembro. A pluviosidade detém-se em torno de 2.800mm anuais. Em relação à

temperatura, permanece a média de 27°C cuja amplitude térmica está em torno de 6° (classificação de Koppen).

De acordo com a composição do Plano Diretor do município de Belém, segundo a Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008, a ilha é parte da Macrozona do ambiente natural (MZAN) de Belém, através da Zona de Ambiente Natural 2 (ZAN 2), setores I, II e III (Lei Nº 8.655/98), que possuem as seguintes características:

Setor I - situado na região nordeste e oeste da ilha de Mosqueiro abrange o Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro e está dividido pela rodovia PA-391 (Rodovia Augusto Meira Filho), é particularizado por possuir bacias hidrográficas e recursos naturais conservados, baixa densidade demográfica e presença de comunidades tradicionais.

Setor II - localiza-se na parte centro-sul da ilha de Mosqueiro e está fracionado pela rodovia PA-391, caracteriza-se por possuir assentamentos informais, ocupações irregulares e grandes áreas com remoção de cobertura vegetal.

Setor III - posiciona-se ao sul da ilha de Mosqueiro, envolvendo a ilha de São Pedro, está dividido pela rodovia PA-391 e individualiza-se por expressiva área preservada, bacias hidrográficas, presença de comunidades tradicionais e o sítio histórico na ilha de São Pedro (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2008).

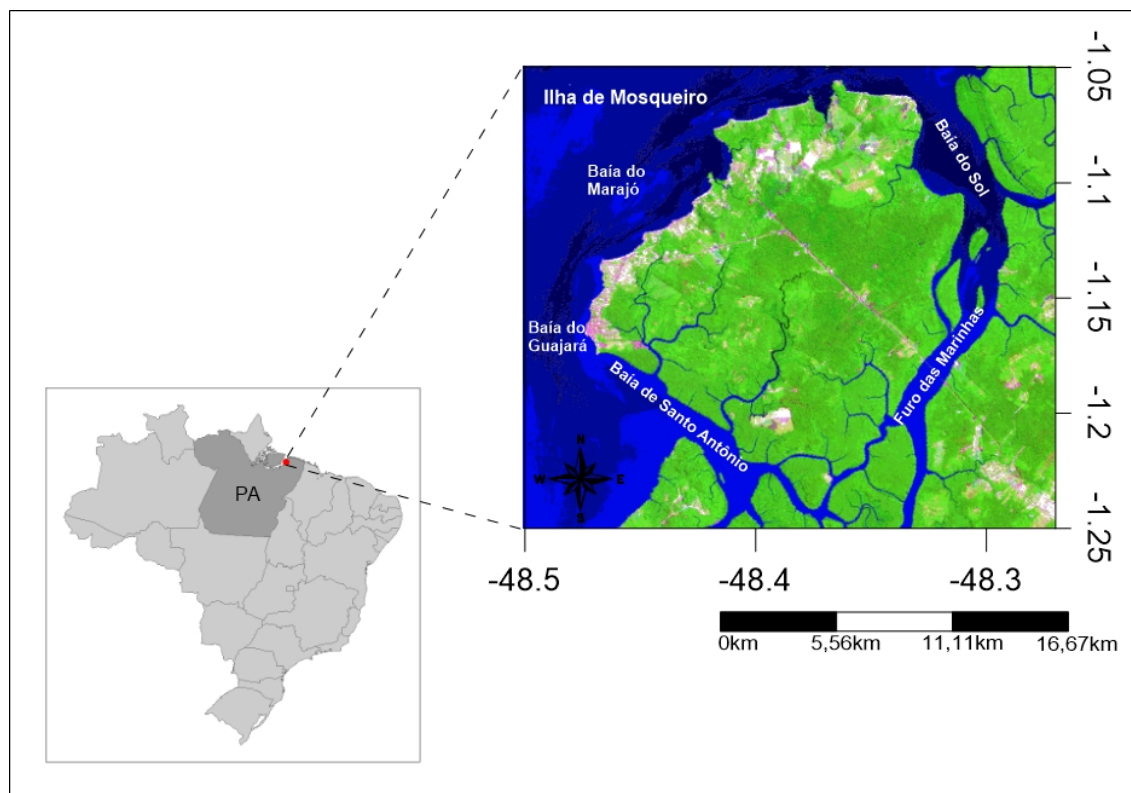
Levando-se em conta o estudo no contexto integrado, a ilha se insere em dois compartimentos topográficos regionais (Projeto RADAM, 1972) que corresponde ao Planalto Rebaixado da Amazônia, e a Planície Fluvial Amazônica. Dentro do contexto morfoclimático, se inclui dentro do domínio das terras baixas equatoriais amazônicas, tendo sua topografia correspondendo aos níveis de tabuleiros, terraços e várzeas característicos das áreas sedimentares terciárias e quaternárias, existentes na mesorregião do nordeste paraense, mais especificamente na microrregião de Belém.

Sobre a cobertura vegetal da ilha, há domínio da Floresta Ombrófila Densa, na qual a grande diversidade florística representa a exuberância da floresta amazônica. Dois subtipos podem ser encontrados, cujos limites são coincidentes ao das seções fisiográficas presentes na área: nos terraços pleistocênicos, ocorre a mata de terra firme, enquanto nas planícies aluviais, a

mata de várzea; entre cujas espécies, constituindo a mata ciliar em alguns trechos, observamos a existência de mangais, predominando o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), a siriubeira (*Avicennia germinans*) e o mangue-branco ou tinteiro (*Laguncularia racemosa*) (MENEZES, 2011).

Atualmente, o cenário da ilha é marcado pela presença expressiva de vegetação secundária (capoeira) e fragmentos florestais decorrentes das áreas onde as matas foram derrubadas para a implantação de atividade agropecuária, expansão urbana e ocupação irregular espontânea (invasões) entre outras (MENEZES, 2011). A figura 1 define a localização da Ilha de Mosqueiro.

Figura 1: Localização da Área de Estudo



Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.2 Histórico da Ocupação

Segundo Tavares et al. (2005), o estabelecimento do histórico da ocupação da Ilha de Mosqueiro teve seu início ainda no período colonial, no qual uma grande porção das terras que compõem a Ilha pertenciam ao Distrito de Benfica. No século XVIII foram edificadas as primeiras habitações coloniais,

as fazendas Santana, na praia do Paraíso, que hoje está em ruínas, e do outro lado a fazenda ou sítio Conceição, ainda preservada.

O processo de colonização começou próximo da enseada nos terrenos mais altos, onde os colonizadores podiam melhor controlar a segurança para suas embarcações. Na ilha há registro da presença dos índios Tupinambás, oriundos da região Nordeste em fuga das invasões estrangeiras no litoral brasileiro.

Embora existam indícios da presença de espanhóis e franceses durante o século XVI, a colonização da ilha foi feita, a partir do século XVII, pelos portugueses provenientes de São Luís do Maranhão. A atividade econômica consistia da pesca artesanal, da caça e do extrativismo vegetal. No século XVIII, grandes áreas de terra foram doadas pelo governo da província como léguas de sesmarias, sendo instalados ao norte os primeiros sítios agrícolas, inicialmente com a mão-de-obra dos índios escravizados, depois substituídos pelos escravos africanos. Dando início, a agricultura de subsistência, com o feitiço das primeiras roças. No início do século XIX, a população da ilha é constituída de ribeirinhos e sitiantes, um povo mestiço, indioide, pobre, vivendo em humildes cabanas cobertas de palha (BRANDÃO, 2006).

Mosqueiro acabou tornando-se parte do cenário da reação nativa de maior significado da história paraense no período do Império, a *Guerra da Cabanagem*. A ilha, estabeleceu um dos redutos cabanos, e foi invadida pelas tropas legalistas, vindas da ilha de Tatuoca (sede do Governo Imperial), que desembarcaram na praia do Chapéu Virado, no dia 21 de janeiro de 1836. Apesar da heróica resistência, os cabanos foram derrotados pelo poder de fogo e perícia bélica dos inimigos. Poucos sobreviventes conseguiram fugir para Vigia, atravessando a baía do Sol (MEIRA, 1978).

A partir da segunda metade do século XIX, os sítios agrícolas do norte são impulsionados pelo trabalho dos escravos africanos e desenvolvem-se as plantações de pimenta e tabaco; a coleta de sementes oleaginosas, frutas e plantas medicinais e a criação de caprinos (MENEZES, 2011).

Na esfera político-administrativa, Mosqueiro foi promovido à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Ó pela Lei 563, de 10 de outubro de 1868, e

posteriormente, em 6 de julho de 1895, ganhou *status* de vila, através da Lei 324 (MEIRA, 1978).

Com o início do ciclo da borracha, ilha foi apropriada como refúgio turístico da classe alta do Estado e dos estrangeiros que vieram como gestores da riqueza promovida pela extração de deste recurso, no final do século XIX. A vila ingressou num processo de grandes mudanças, obtendo os frutos do "desenvolvimento" gerado pelo capital, passou a conviver com o luxo e riqueza. A chegada dos ingleses com a empresa "*Pará Electric Railways Company*" implementou obras de instalação elétrica e de meios de transportes interno. Outras companhias estrangeiras como a "*Port of Pará*" e a "*Amazon River*" também se estabeleceram, trazendo alemães, franceses e americanos para a região.

A exemplo dos estrangeiros que erguiam suas residências coloniais como refúgio bucólico de finais de semana, feriados e períodos de férias, os seringueiros e balateiros da região do Marajó começaram um processo de ocupação orla para a construção de suas casas de veraneio. Trapiches eram construídos em frente às residências, para facilitar o transporte.

O navio holandês "Presidente Vargas" passou a executar os traslados para a ilha a partir do ano de 1955. Porém, um grande marco para a Ilha de Mosqueiro foi a construção da rodovia com ligação a capital que se deu na década de 70, iniciando uma segunda fase de ocupação.

Após a implantação da rodovia, foi possível a travessia de balsas pelo Furo das Marinhas. Em 12 de janeiro de 1976 foi inaugurada a ponte batizada de "Sebastião de Oliveira" com 1.457,35m metros, garantindo ligação definitiva com o continente. Com o encurtamento da distância e facilidade de acesso a população, houve o aumento do fluxo de veranistas e turistas, acelerando a especulação imobiliária, o consumo dos locais turísticos e o aumento das pressões antrópicas sobre o ecossistema.

A ilha de Mosqueiro passa a pertencer ao DAMOS (Distrito Administrativo de Mosqueiro) com a regionalização administrativa do município de Belém. Propostas emancipacionistas do Distrito Administrativo de

Mosqueiro tiveram início na década de 1990, porém a não aprovação da proposta no plebiscito realizado em 1991, foi arquivada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Apesar dos interesses políticos e da população na emancipação, a gestão costeira da Ilha Mosqueiro permanece coligada a Prefeitura de Belém (TAVARES, 2005).

4.1.3 Turismo

O desenvolvimento do turismo e o aumento de suas proporções na Ilha do Mosqueiro ocorreu nas primeiras décadas do século XX, juntamente com o período áureo da borracha, mais precisamente após a década de 1950. Essa atividade econômica cresceu exponencialmente, levando a desarticulação das outras atividades anteriormente praticadas na ilha como a pesca, contudo sem gerar benefícios para os grupos humanos nativos de Mosqueiro (CARDOSO, 2000).

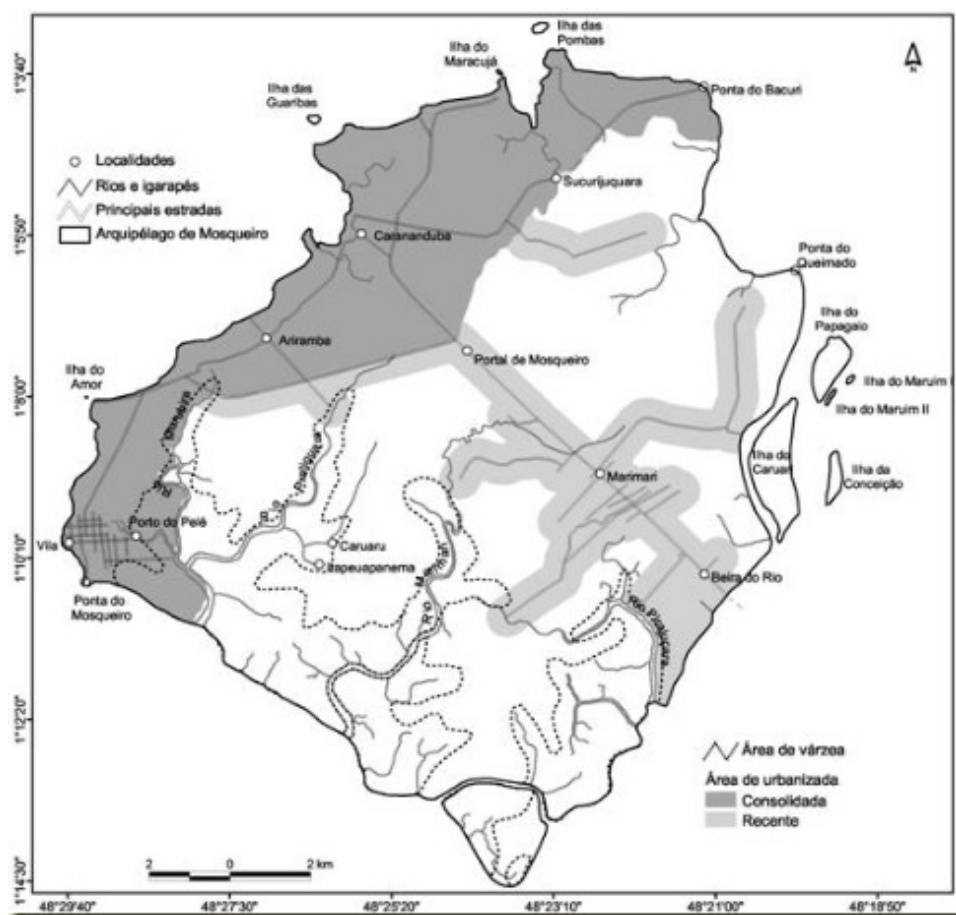
Entretanto, o turismo gerou um poder social de elite e um poder econômico local de outras classes (donos de postos de gasolina, de hotéis, de bares e restaurantes e comerciantes em geral, donos de lojas de materiais de construção e professores) que detém o controle do planejamento e gestão da Ilha do Mosqueiro. Juntos, o poder social da elite e o poder econômico, compõem o seu poder hegemônico advindo da atividade turística.

As diversas facetas do turismo promoveu a territorialização de formas discrepantes em cada porção na Ilha de Mosqueiro, como: o turismo de segunda residência, o turismo de sol e praia, o turismo hoteleiro, o turismo ecológico, o turismo de evento. O turismo ecológico se estabeleceu no sudeste da ilha; o hoteleiro e o de eventos principalmente ao extremo norte da ilha, na praia do paraíso, onde há carência de infraestrutura mais complexa; e por fim, o turismo de segunda residência baseado no sol e praia, que ainda é o predominante na composição territorial do Mosqueiro estendendo-se principalmente nas praias de Belém, do Farol, Chapéu-Virado, Porto Artur, Murubira, Ariramba, São Francisco, onde as obras de infraestrutura são mais visíveis e norteadas por políticas públicas.

O núcleo turístico que estabilizou a territorialidade para quem buscava o balneário para o lazer acarretou na urbanização das áreas receptoras da

demanda turística da ilha, entretanto, a infraestrutura de áreas habitadas pela população tradicional permaneceu desprovida de equipamentos e negligenciada pelas políticas públicas. Aos poucos, essas áreas foram acrescidas pelo aumento natural e migratório da população que “penetravam a Ilha, afastando-se cada vez mais da orla fluvial, fixando roças e sítios, no interior ainda virgem da floresta” (MEIRA FILHO, 1977, p. 74). A figura 2 especifica as áreas consolidadas pelo turismo, assim como as recentemente exploradas.

Figura 2: Áreas Consolidadas Pelo Turismo



Fonte: MENEZES, 2011

Segundo Macedo et al. (2002), as dinâmicas que projetaram as características da orla de Mosqueiro que lhe definiram formas de “urbano balneário ou urbano recreativo”. Contudo, foram detectados relatos abundantes, tanto em entrevistas, como em jornais e obras diversas, sobre a ineficiência da gestão costeira nos períodos de alta temporada, principalmente na estação do veraneio paraense, agravando os problemas ambientais na Ilha:

como no período de festa (carnaval, férias e cívico local, etc.) que os índices de coliformes fecais aumentam consideravelmente (MACHADO, 2001). A falta de água no Mosqueiro na época de carnaval salienta a deficiência da prestação do serviço nesta época (MOSQUEIRO, 2005).

É necessário que o turismo constitua-se numa atividade antrópica centrada no ser humano, no enriquecimento cultural do turista através do fortalecimento cultural daquele que o recebe (AULICINO, 1997). A interferência causada pelas atividades turísticas que negligenciam a cultura tradicional, altera os padrões da vida cotidiana dos moradores locais, ocasionando a queda dos circuitos de produção dessa economia de base e destruindo suas atividades pela metamorfose de valores diversos, transforma-los em trabalhadores para o turismo (FIGUEREDO, 1999).

4.2 Caracterização do Assentamento Paulo Fonteles

Os assentamentos populacionais têm se edificado sobre redutos rurais, resíduo dos fluxos migratórios que se dirigem para a Ilha e frequentemente se aloca nos espaços não valorizados pela instalação dos equipamentos de infraestrutura. Processo esse, reflexo da proletarização dos camponeses e outros sujeitos dependentes da terra, quando esses flutuam das redes de 'aviamento' para a inserção nos moldes assalariados.

O Assentamento Paulo Fonteles está situado no estado do Pará, município de Belém, mais precisamente no Distrito Insular de Mosqueiro, BL 13, estrada da Baía do Sol, bairro Sucurijuquara.

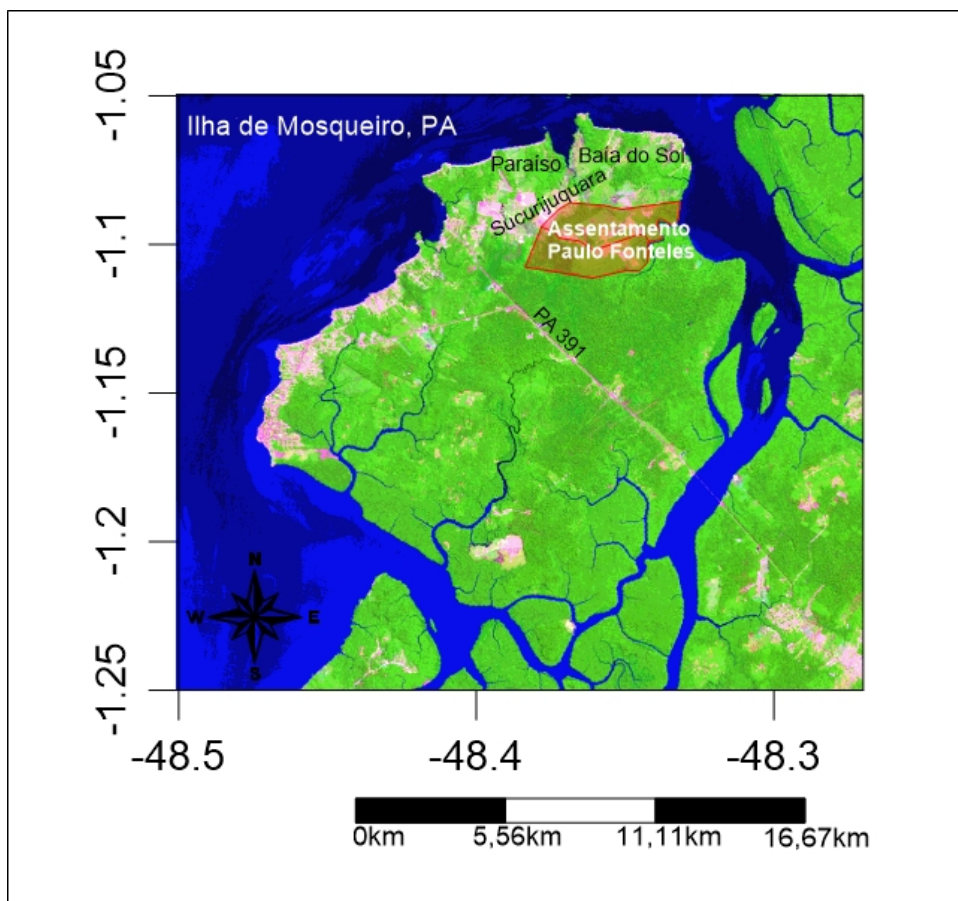
Originalmente, o terreno que compõe a zona do assentamento era um imóvel rural de propriedade privada denominado Fazenda Baía do Sol, com área de 848,5102 ha. Com a declaração de interesse social para fins de reforma agrária, a superintendência do órgão federal INCRA aprovou a proposta de destinação, prevendo a criação de 60 unidades agrícolas familiares pela Portaria/MDA/N 164, cuja imissão de posse se deu em 19 de dezembro de 2005.

O terreno do assentamento dispõe de Áreas de Preservação Permanente, as quais foram delimitadas pelos próprios assentados no período de estabelecimento. Os seringais também compõem as zonas ainda

preservadas, assim como as espécies nativas frutíferas como o açaí, o cupuaçu e a pupunha.

A área também é cercada por nascentes e igarapés, na porção frontal próxima a estrada da Baía do Sol, o Igarapé Água Boa como braço do Sucurijuquara e na porção traseira voltada para a Baía do Sol, o Igarapé Maratauí, como prolongamento do Igarapé Santana, o maior dos citados. A figura 3 exibe a localização georeferenciada específica do assentamento.

Figura 3: Localização Georeferenciada Específica do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

5 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa realizada é tanto qualitativa, quanto quantitativa, discriminando caráter exploratório e descritivo. A porção exploratória compreende levantamento do estado da arte pela revisão bibliográfica; entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão, com o objetivo de buscar, desenvolver, esclarecer e transformar conceitos para a formulação de novas abordagens. A linha descritiva, indaga através da observação, registro, análise e classificação de fatos ou fenômenos (variáveis), sem que o pesquisador interfira neles ou os manipule, com a finalidade de descrever as características de determinadas populações ou fenômenos (GIL, 1994).

O levantamento de dados foi obtido através de pesquisa em documentação indireta, implicando a consulta variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas, podendo exibir caráter de pesquisa documental provindo de fontes primárias e pesquisa bibliográfica oriunda de fontes secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Ambas foram exercidas no presente trabalho, na porção documental foram investigados aspectos sociais, culturais e ambientais na visão do camponês ilhéu, através da aplicação de questionários no assentamento Paulo Fonteles. Foram aplicados 45 (quarenta e cinco) formulários compostos por 20 (vinte) perguntas que foram questionadas e anotadas por um entrevistador em situação face a face, sendo um instrumento de grande importância para a investigação social (SELLTIZ, 1963 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2009). Foram realizados registros fotográficos como ferramenta auxiliar na coleta dos dados tanto dos aspectos socioculturais quanto dos aspectos naturais.

A porção de caráter da pesquisa bibliográfica foi fundamentada na determinação de conceitos para a discussão, como: território e territorialidade, conhecimento tradicional, cultura e simbologia Amazônica, agricultura familiar, e características gerais da Ilha do Mosqueiro, na qual se localiza a área de estudo específica.

Os dados coletados através dos formulários que foram tabulados e analisados para a geração de infográficos para uma análise e visualização

otimizadas. Os mapas foram gerados com base em imagens de satélites LANDSAT georeferenciadas, a partir das quais foram plotados dados de georeferenciamento realizado na área com auxílio de um GPS (Garmin Montana 650). O arcabouço de dados, tanto dos formulários como dos georeferenciamentos foram coletados no mês de novembro de 2014.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

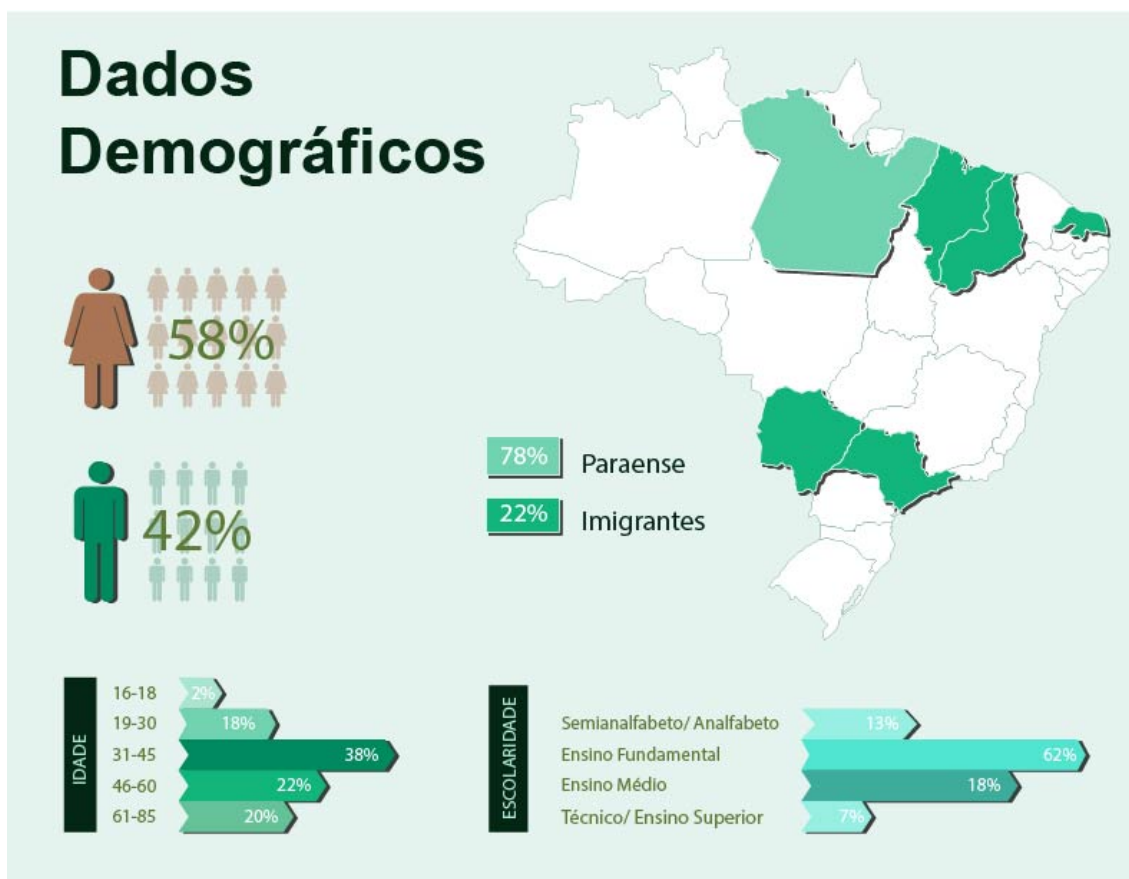
6.1 Caracterização da População

Sobre a composição social dessa área de ocupação, foi possível constatar a predominância de famílias de origem paraense, oriundas de ambientes rurais diversos como Mãe do Rio, Cotijuba, Bujaru, Bragança entre outros; uma porção menor das famílias alegaram vir de ambientes urbanos como Belém e Castanhal, caracterizando o êxodo urbano na região. Dentre os entrevistados, 78% apontaram ser de origem local. Os demais 22% são imigrantes principalmente nordestinos (Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí), e poucos do centro-oeste / sudeste (Mato Grosso do Sul e São Paulo). Logo, foi possível observar que, mesmo sendo a cultura local paraense extremamente diversa no que se diz respeito às territorialidades das populações, os moradores do assentamento compartilham uma cultura rural muito semelhante.

Caracterizando o gênero dos indivíduos entrevistados, a maioria de 58% eram do sexo feminino. Quanto a idade, a maior porção, 38% estão no intervalo de 31 a 45 anos, sendo que 22% possuem entre 46 e 60 anos, e 20% estão entre 61 e 85 anos. Sendo assim, o assentamento é constituído principalmente por adultos e idosos, com muita experiência empírica do meio rural da Amazônia Paraense.

O grau de escolaridade foi principalmente o Ensino Fundamental incompleto, caracterizando 62% do total, em segundo lugar o Ensino Médio incompleto com 18%. Um alto índice de analfabetismo caracterizou 13% dos entrevistados, principalmente idosos. Apenas 7% possuíam nível Técnico ou superior, uma realidade recorrente no campesinato Amazônico de acordo com o Projeto Forlive na Amazônia (2010), na qual pouquíssimos indivíduos possuem capacitação técnica para o estabelecimento de um diálogo entre o conhecimento tradicional e o científico, preceito fundamental para o desenvolvimento sustentável. A figura 4 apresenta os dados demográficos supracitados.

Figura 4: Dados Demográficos do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

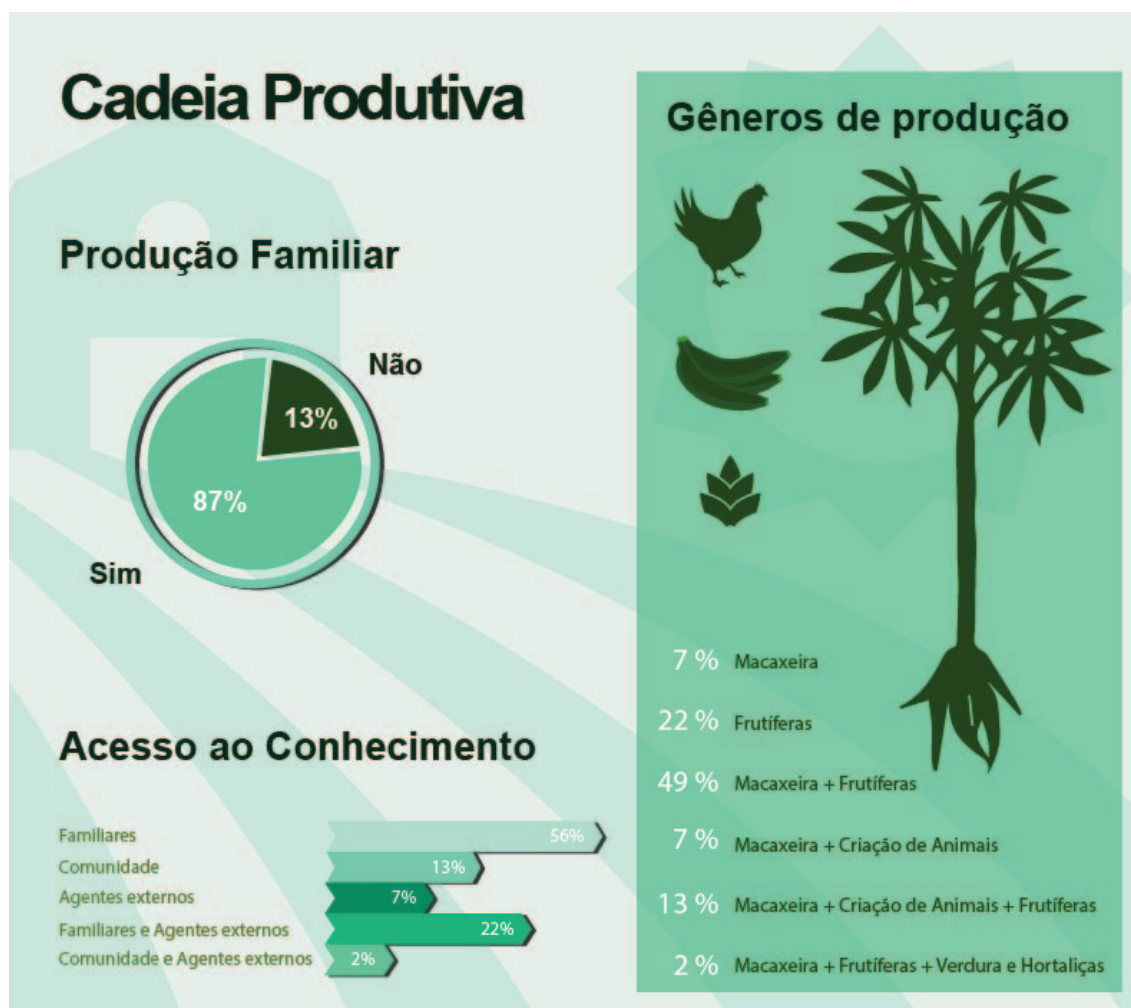
Uma soma de 87% da população consultada alegou que há produção familiar em seus respectivos terrenos, seja esta advinda do extrativismo de frutas típicas regionais como o açaí, cupuaçu e pupunha, ou também com o cultivo de roças de macaxeira, mandioca e criação de animais, principalmente aves. Em todos os casos, não foi declarado o uso de nenhum tipo de insumo químico para a fertilização ou controle de pragas. Apenas um produtor do assentamento fornece verduras e hortaliças, possuindo um sistema de produção mais elaborado, o qual também abastece o mercado local.

Quando questionados a respeito da origem do conhecimento rural sobre o plantio e produção, 56% declararam que obtiveram ensinamentos através dos familiares, transmitidos essencialmente por meio da oralidade e prática. Outros 22% alegaram que além dos conhecimentos obtidos pelos familiares, agentes externos colaboraram para a sua capacitação no campo.

Um montante de 13% afirmou que a comunidade foi responsável pelos ensinamentos de plantio e cultivo. Apenas 2% incluíram a intervenção de

agentes externos nos ensinamentos obtidos por intermédio da comunidade. E 7% citou os agentes externos como os responsáveis pelo seu conhecimento agrário. Esses dados são elucidativos para a convicção que apesar do papel determinante dos agentes externos na capacitação e transmissão de conhecimento rural, o conhecimento tradicional ainda se sobrepuja como crucial e dominante nas práticas de produção familiar do assentamento Paulo Fonteles. A divisão percentual da produção específica dos produtores entrevistados está elucidada na figura 5, juntamente com os dados relacionados a produção familiar e origem dos conhecimentos rurais.

Figura 5: Cadeia Produtiva do Assentamento



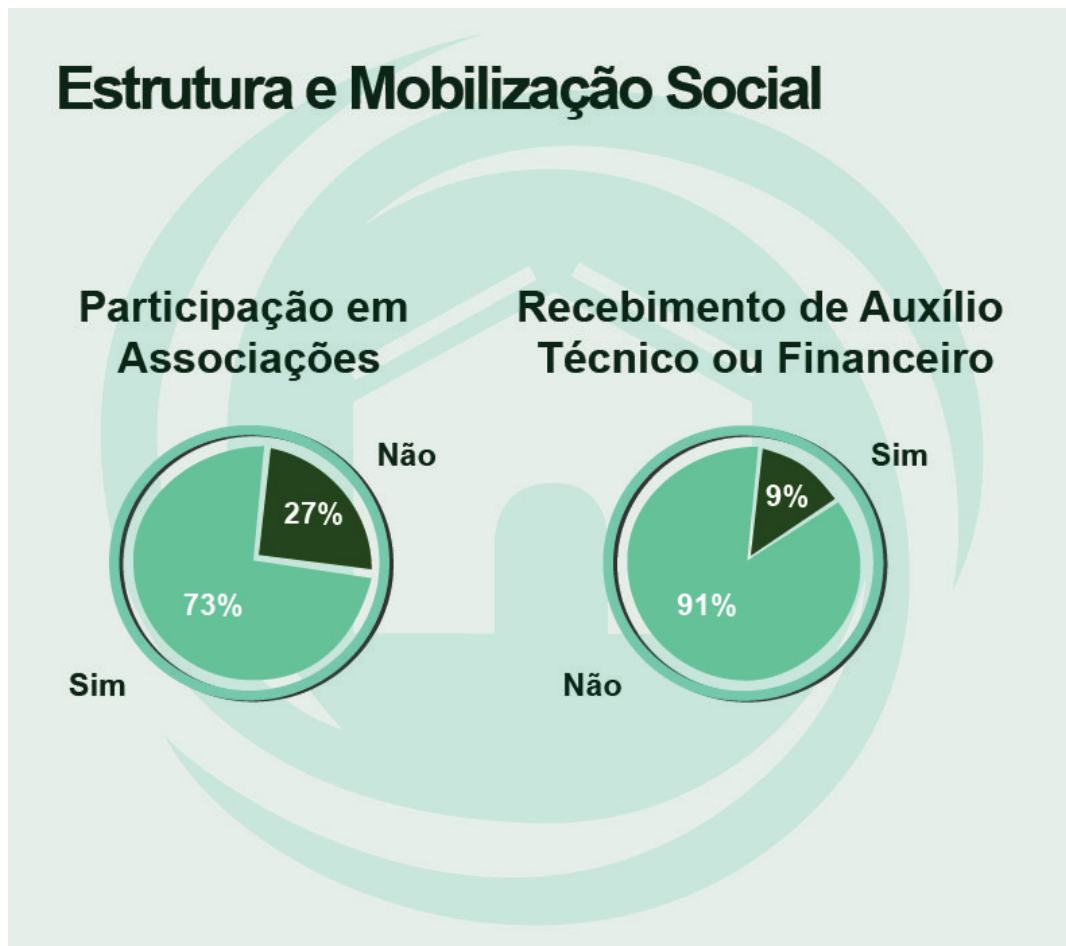
Fonte: Elaborado pelo autor

Atualmente, o produtor responsável pelo cultivo das hortaliças é o representante da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Paulo

Fonteles (APRAPAF), criada em 30 de abril de 2012, a qual 73% dos entrevistados são atualmente vinculados. É fundamental para a otimização dos processos de produção e desenvolvimento sustentável o incentivo a sociabilidade, através do estímulo desses atores sociais que firmam o movimento local com legitimidade, de acordo com Albagli et al (2002). A imagem 1 mostra a horta colaborativa liderada pelo representante da associação.

O auxílio técnico ou financeiro ao produtor familiar no assentamento Paulo Fonteles é escasso. Essa realidade da falta de interesse governamental é um fator recorrente dos obstáculos no gerenciamento costeiro paraense (SLAFTEIN, 2009). Apenas 9% dos indivíduos declararam que obtém assistência em forma de visitas providas de instituições como a UFRA, EMATER e IDEFLOR, entretanto sem auxílio financeiro de nenhuma espécie. Este fato evidencia e traduz a realidade do agricultor familiar na Ilha de Mosqueiro, que na maioria esmagadora dos casos, não possui um bom nível de escolaridade e é desprovido de recursos e auxílio dos órgãos responsáveis. A figura 6 expressa os dados da estrutura social supramencionados.

Figura 6: Estrutura e Mobilização Social do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

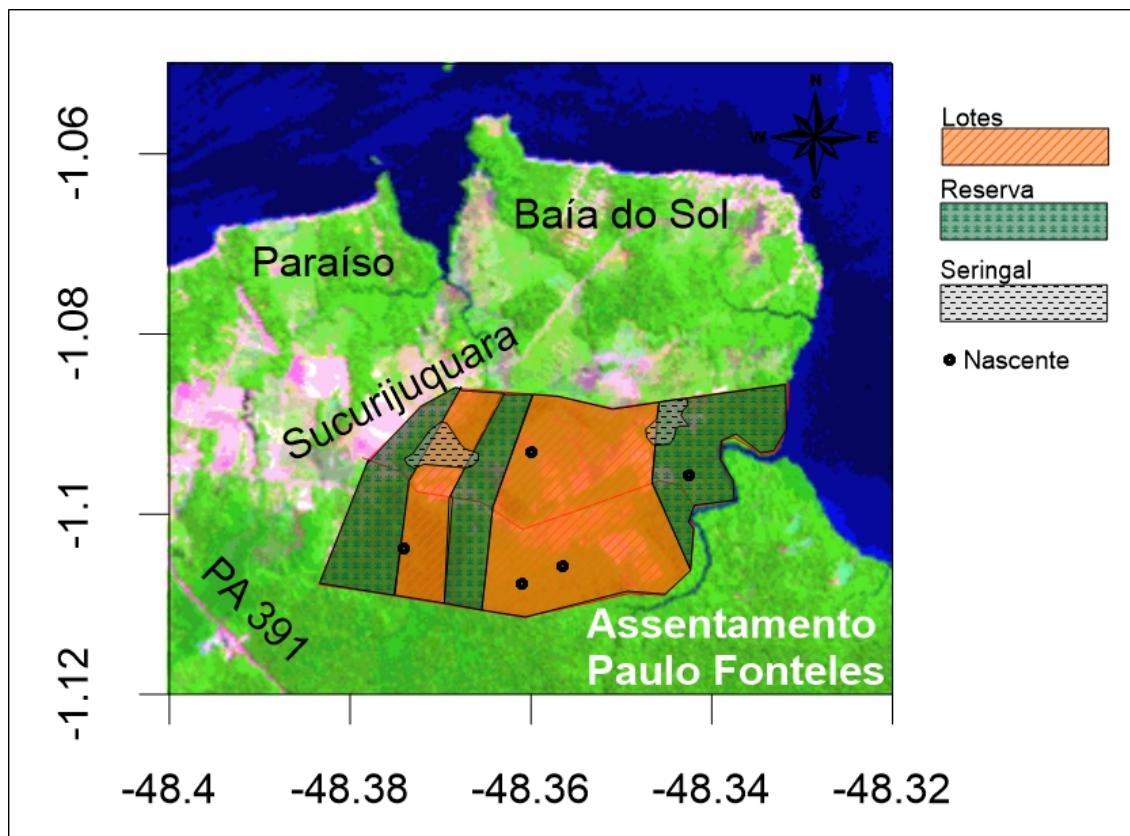
Figura 7: Horta Colaborativa do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 8 foi confeccionada de acordo com as referências ditadas pela própria comunidade, discriminando as áreas de ocupação pelos lotes, áreas de preservação, seringais e a localização das principais nascentes do terreno.

Figura 8: Cartografia social do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

6.2 Identificação dos Principais problemas Ambientais na Visão do Assentado

Para a análise dos problemas ambientais mais alarmantes do assentamento Paulo Fonteles, foram coletados dados sobre o saneamento e origem da água utilizada nas residências; destino dos resíduos sólidos; o principal problema ambiental; pior preocupação social e a percepção ambiental dos assentados.

A começar pela questão de saneamento, a origem da água utilizada nas residenciais, 98% afirmaram obter o recurso através de poços artesanais, popularmente conhecidos como "poços de boca aberta". Apenas 2% retiram a

água diretamente de nascentes, como exemplificado no gráfico 9. Não há fornecimento de água pelo abastecimento local, o qual a Cosanpa é responsável.

Os resíduos líquidos foram divididos em Água cinza (água com resíduos de detergentes, saponáceos e óleos), e Água Negra (água com resíduos de coliformes fecais e urina). Para a água cinza, 98% das residências visitadas não realizam nenhum tipo de tratamento para a filtragem, despejando a água residual diretamente no solo e com muita frequência a uma distância menor que 30 (trinta) metros dos poços artesanais, sendo que somente 2% a despejam na fossa convencional, juntamente com a água negra.

A água negra em 47% dos casos é destinada a fossas sanitárias convencionais de alvenaria, com muita frequência também localizadas nas proximidades dos poços artesanais. Logo, restam 53% da população entrevistada que não possui nenhum tipo de tratamento para os resíduos, destinando as fezes e urina em fossas a céu aberto.

Pelas condições hidrográficas da área do assentamento, que possui nascentes, igarapés e tem o seu término as margens do rio Santana, a população em geral não sofre com a falta de água e poucos reclamaram sobre a qualidade deste recurso. Porém, como foi demonstrado pela amostragem, o contínuo despejo e armazenamento de água contaminada e sem tratamento próximo ao aquífero pode futuramente gerar consequências graves a saúde e qualidade de vida dos moradores da região, caso estes permaneçam sem assistência ao saneamento básico. A figura 9 elucida os dados comentados, relacionados a origem da água utilizada e destino de águas residuais.

Figura 9: Destino da água residual do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

A coleta de lixo local realizada pela prefeitura não atende aos moradores do ramal em que se localiza o assentamento. O destino dos resíduos sólidos é em 89% dos casos a queima, contra 9% que realizam o descarte na estrada da Baía do Sol, na qual a coleta da prefeitura tem acesso. Apenas 2% dos entrevistados realiza coleta seletiva, aproveitando os resíduos através da venda. A problemática do destino dos resíduos sólidos foi muito clara durante as visitas, pois há despejo do lixo em terrenos baldios promovendo a proliferação de pragas e patologias. As fogueiras são executadas diariamente, podendo agravar problemas respiratórios e principalmente na estação menos chuvosa, quando os ventos aumentam sua intensidade, o fogo foge do controle dos moradores e acaba usualmente, se alastrando e destruindo também a vegetação de capoeira dos terrenos. Os dados são exibidos na figura 10.

Figura 10: Destino dos Resíduos Sólidos do Assentamento

Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria da população entrevistada avaliou como pior problema ambiental o desmatamento. Moradores alegaram que no ano de aprovação da proposta de destinação (2005), o assentamento dispunha de uma vasta área de floresta preservada, sendo que atualmente grande parte dos hectares já foram desmatados para o plantio de macaxeira e mandioca, ou o uso da madeira para a fabricação de carvão. O segundo colocado com 42%, de acordo com o público foi a questão do descarte dos resíduos sólidos, devido a ausência da coleta, sendo que os 8% restantes se dividem igualmente entre a qualidade da água e as constantes queimadas. A figura 11 exemplifica a queima dos resíduos no assentamento.

Figura 11: Queima dos resíduos Sólidos no Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

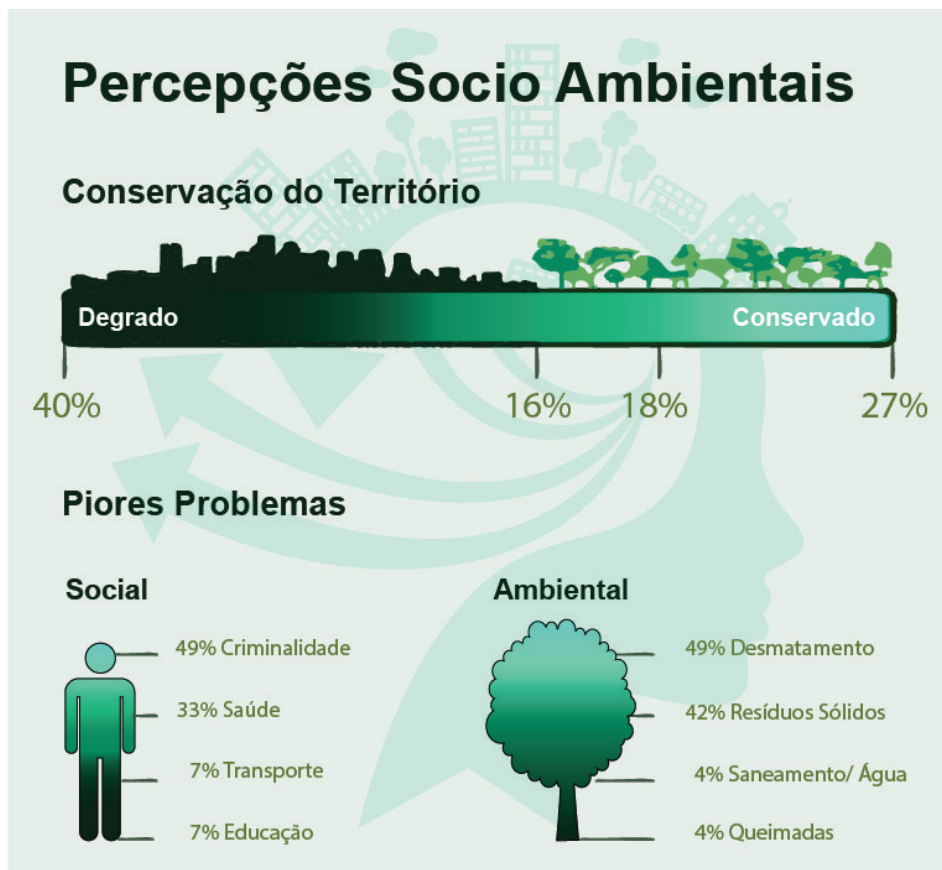
Foi constatada uma certa conscientização acerca do desmatamento, segundo a percepção dos moradores consultados, 49% considera a área do assentamento como degradada, em oposição a 27% que acredita que o ambiente ainda está conservado. Uma porção de 18% o considera pouco conservado e 16% pouco degradado, como demonstra o gráfico 13. É interessante ressaltar que um número considerável de pessoas que afirmou que o ambiente está conservado, conceituou como principal problema ambiental, o desmatamento.

No que concerne a respeito da pior preocupação social, a prevalência de 53% dos habitantes declarou que a criminalidade ligada ao abuso de drogas tem sido o mais grave dos contratempos que prejudicam o seu meio social. Alguns moradores asseguraram que atualmente verifica-se tráfico de drogas dentro do próprio assentamento, causando grandes transtornos para a população. Casos de furtos e arrombamentos são frequentes, sendo que a ponte sobre o igarapé "Água Boa" foi considerado uma zona perigosa para transitar especialmente no período noturno. Os habitantes salientaram que a

ausência de atividades de lazer, cultura e educação tem afetado os jovens de maneira que os mesmos são atraídos e aliciados para o mundo das drogas.

Uma porção de 33% creem que a saúde também gera descontentamentos para o assentamento, que no passado foi concedido com um agente de assistência a saúde, porém atualmente depende do posto de saúde localizado no bairro de Sucurijuquara, o qual fica relativamente distante sobretudo pela ausência de transporte no ramal do assentamento até a estrada da Baía do sol, a ineficiência e escassez de medicamentos do posto em questão foram muito citadas. A carência de transporte foi conceituada por 7% dos interlocutores como uma disfunção que causa mais adversidades para as famílias, essencialmente aos estudantes e idosos. E por fim, os restantes 7% reconheceram que as problemáticas relacionadas a educação também causam incômodos. A figura 12 reúne os resultados acerca da percepção socioambiental dos moradores consultados.

Figura 12: Percepções Socioambientais dos Moradores do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

Incontestavelmente esses resultados expõem com clareza a ineficácia dos órgãos institucionais na gestão do ambiente em questão. Um movimento gradual de urbanização do campo traz consigo uma série de adversidades, como no caso do assentamento Paulo Fonteles, o tráfico e abuso de drogas, acompanhado do aumento dos índices de criminalidade e a perda da qualidade de vida proporcionada pelo contato com o cenário bucólico.

6.3 Cultura ecológica e Etnoconservação

A etnoconservação justifica a amplitude de ações conservacionistas com base no encadeamento indissociável das populações tradicionais e os ecossistemas habitados pelas mesmas, referindo-se a uma gestão compartilhada dos bens naturais entre o Estado, organizações ambientalistas e os povos tradicionais.

O manejo de recursos administrado através dos saberes, práticas e utilização específicas das comunidades presentes no contexto territorial é o advento determinante da etnoconservação. Entretanto, o diálogo entre os conhecimentos técnico-científico e o tradicional-mitológico, assim como o empoderamento político das comunidades e a garantia legal de posse da terra são complementares para a garantia do conservacionismo ambiental. Em muitos casos, o caráter capitalista das relações político-econômicas convergem para a deslocação do modo de vida e especificidades étnicas de uma comunidade (SILVA JUNIOR, 2013).

Por meio da idealização do perfil dos indivíduos entrevistados, foi possível qualificar os moradores do assentamento Paulo Fonteles, na categoria socioambiental segundo Lima et al. (2002), como pequenos produtores "tradicionais" com média sustentabilidade ecológica, dispendo de cultura ecológica "mitógena" e "tradicional cabocla". Entretanto, foi possível observar a descaracterização gradual de suas expressões culturais em decorrência da insuficiência da gestão colaborativa, o que tem levado o produtor tradicional a explorar de maneira desmedida os recursos naturais dos quais dispõe para alcançar um patamar socioeconômico idealizado de forma ilusória para com a realidade campesina.

Dentre a totalidade de moradores entrevistados, 89% afirmaram já ter tido experiências envolvendo mitos e lendas de origem Amazônica (Figura 13), de modo que 71% asseguraram que a esfera cultural influencia o comportamento social em relação ao meio ambiente. Este resultado é muito significativo para as questões de territorialidade, podendo veicular a ponderação da identidade e pertencimento, assim como o senso de exclusividade de uma população, estreitando os laços afetivos desta com o meio em que habitam e para com a comunidade.

Sobre esta influência comportamental da cultura associada ao ecossistema, 64% da população consultada declarou que a mesma tem domínio sobre a conservação ambiental, caracterizando empenho positivo. Dessa maneira, o empoderamento e fortalecimento da identidade cultural dos povos tradicionais como ponto de partida para a elaboração de planos de manejo sustentável, se apresentariam como estratégias mais estáveis e espontaneamente visualizadas e reconhecidas, através da aproximação e identificação do camponês com o ecossistema imperante, e a conscientização da inclusão deste nos processos ecossistêmicos. A figura 13 expressa os resultados obtidos sobre a percepção da influência cultural no comportamento e preservação do meio ambiente.

Figura 13: Influência cultural no Comportamento dos Moradores do Assentamento



Fonte: Elaborado pelo autor

7 CONCLUSÃO

A população do assentamento Paulo Fonteles, identificada como "tradicional cabocla", principalmente composta por adultos e idosos de baixa escolaridade, apresentou uma significativa percepção socioambiental das principais problemáticas que envolvem o meio ambiente em que habitam. Apesar da carência de mobilização social para ações em prol dos interesses da comunidade, é possível perceber a preocupação ambiental a favor da conservação do ecossistema local.

Pelo arcabouço de dados coletados concluo que há ineficácia da gestão costeira no Assentamento Paulo Fonteles, tanto na coleta de resíduos sólidos, como no auxílio ao saneamento básico e questões de saúde pública. A crescente demanda de soluções para a escassez de recursos, pode ser um dos fatores que justificam o Movimento Unificado Pró-Emancipação de Mosqueiro, para que através da criação de um novo município os agentes sociais e políticos sejam multiplicados de maneira que possam atender as necessidades locais.

Sobre as questões relacionadas ao possível auxílio técnico ou financeiro através do concedimento de recursos para projetos de diversas sortes no assentamento Paulo Fonteles, concluo que é necessário e urgente o Licenciamento Ambiental Federal realizado pelo Ibama e Órgãos Ambientais responsáveis. Mediante a licença, será possível identificar as regiões potenciais para a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), visando assim a conscientização dos moradores para com a importância da conservação ambiental, principalmente das zonas próximas a nascentes, igarapés e rios.

O desprovimento de suporte infra estrutural, assim como a acessibilidade a educação, saúde, cultura e lazer constituem alguns dos maiores obstáculos para o desenvolvimento local, podendo ser sanado através não apenas das ações de órgãos gestores, mas também pela mobilização social não governamental e de projetos que promovam o empoderamento das comunidades para impulsionar uma visão crítica mais ampla e elaborada.

REFERÊNCIAS

- ABE, M. N. **Mártires de Abril: O MST semeando a utopia camponesa.**2004. (Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/NEAF, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- ALBAGLI, S; BRITO, J. (orgs.). **Glossário de Arranjos Produtivos Locais.** Projeto Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de MPME: uma nova estratégia de ação para o Sebrae. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/,2002.Disponível em: < www.ie.ufrj.br/redesist/piloto>. Acesso em: 05 dez. 2014.
- ALLUT, A. G. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2001.
- ARHEM, K. The cosmic Food Web: human-nature relatedness in the Northwest Amazon. **Nature and society: Anthropological Perspectives.** Londres: Nova York: Routledge, 1996.
- AULICINO, M. P. Algumas implicações turísticas dos recursos naturais. IN:RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- BECKER. B.K. **A Geografia Política e Gestão do Território no Limiar do Século XXI.** R.B.G.. 53, tomo 3, IBGE, 1991.
- BERKES, F. **Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management.** Taylor & Francis, [s.l.],1999.
- BERKES, F; FOLKE, C. **Linking Social and ecological systems: management practices and social mechanisms.** Cambridge University Press, 1998.

BUNKER, S. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and failure of modern state**. Champain: University of Illinois Press. 1985

BRANDÃO, E. J. Cardoso. Mosqueiro: a história de um arquipélago singular amazônico. In: _____. **Ilhas amazônicas**. Belém, Ed. 1, jan. 2006.

BRAZ, N. V. **Belém: o estuário, o saneamento e a balneabilidade**. 2004

CARDOSO, M. da P. A. **Ilha do Mosqueiro: cenário de lutas amazônicas na trilha de sua sobrevivência**. Belém: CSE. UFPA, Curso de Serviço Social, Belém, 2000.

CASTRO, E.; SANTOS, M.A. **Belém de água e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície**, 2004.

DA MATTA, R. **Panema, uma tentativa de Análise estrutural**. In: _____. Ensaios de Antropologia Estrutural. , Vozes, Petrópolis, 1973.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB. p. 1-46, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

DESCOLA, P. In the society of nature. **A native ecology in Amazonia**. Cambridge University Press, Cambridge, 1994.

DESCOLA, P. **A Estrutura ou Sentimento: a relação com o animal na Amazônia**. Mana , v. 4, n.1, p. 23-45, 1998.

FARIA.R.S. **Diagnóstico Ambiental do Ecossistema Manguezal na APA de Algodão/Maiandeuá – PA: O Caso do Bairro do Camambá**., Belém, 2009.

FATHEUER, T. **Desenvolvimento Sustentável** - Elementos Para Discussão. FASE/SACTES, 1998

FIGUEIREDO. S. L.. **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia.** Núcleo de Altos estudos Amazônicos –NAEA – UFPA, Belém, 1999.

FIGUEIREDO. S. L.. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia.** Núcleo de Altos estudos Amazônicos –NAEA – UFPA, Belém, 1999.

FONSECA, Vilma Lurdes. **A presença dos elementos naturais na construção de identidades, memória e História dos lugares: o caso da insularidade e sua abordagem pela literatura** - UEM-PR, 2000.

FURTADO, A. M. M.; SILVA-JUNIOR, O. C. **Impactos ambientais do desmatamento e expansão urbana na Ilha do Mosqueiro.** In: _____. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevidéu, SGAM, 2009.

GALVÃO, E. **Panema:** Uma crença do Caboclo Amazônico. Rev. Mus. Paulista, v. 221-5, 1951.

GALVÃO, E. **Santos e Visagens** - um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955 (Brasiliana, 284).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, D. **Amazônia socioambiental** - sustentabilidade ecológica e diversidade social, Belém, 2001

LITTLE, Paul E. Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1995. Ritual, power and

ethnography at the Rio Earth Summit. **Critique of Anthropology**. v. 15, n. 3, p. 265-88, 2001.

Little, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil** : por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro, Ilhas e Vilas**. 1ª ed. Belém. ED GRAFISA. Belém, p 579, 1978.

MORAN, Emilio F. “**The adaptive system of the Amazonian caboclo.**” In: _____. *Man in the Amazon*. C. Wagley, ed., 136-59. Gainesville: University of Presses of Florida, 1974

MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan; LOWE, Philip; MUNTON, Richard E FLYNN, Andrew. **Constructing the Countryside**. Londres: University College London, 1993.

MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan. **Reconstituting Rurality: class, community and power in the development process**. London, University College London, 1994.

MARTINS, José de Souza. “O futuro da sociologia rural e sua contribuição Para a qualidade de vida rural”. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.15, p. 5-12, 2000.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 7, São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, L. O. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. **Cadernos do IPPUR**, v. IX, n. 1/4, jan./dez, 1995.

MACHADO, I. Coliformes fecais ameaçam Murubira. **O Liberal**, Belém, 05 de fevereiro de 2001.

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro**: ilhas e vilas. Belém: Grafisa, 1978.

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. In: _____. YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORMONT, Marc. “**Who is Rural? Or how to be rural? Towards a sociology of the rural**”. In: _____. MARSDEN, Terry et al. Rural Restructuring: global process and their responses. Londres, 1990.

MENEZES, G. A. **Na rota do turismo**: Análise do turismo na Ilha de Mosqueiro mediante a elaboração de mapas ambientais. [s.l.] 2011

PESSOA, E. C. **Ter de onde partir**: uma experiência agroecológica no assentamento Martires de Abril – MST (Pará).Belém, 2001

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de antropologia** v.34, p.59-101,1992.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo. In: _____.Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARACENO, Elena. **O Conceito de Ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Tradução de Ângela Kageyama. Campinas, 1996.

SILVA JÚNIOR, R. D. ETNOCONSERVAÇÃO E O CONCEITO DE RELAÇÕES DE PODER: apontamentos teórico-metodológicos. **Cadernos de Campo**, n.12, NEPAM/IFCH/UNICAMP, 2013.

SZLAFSTEIN, C. F. Indefinições e Obstáculos no Gerenciamento da Zona Costeira do Estado do Pará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada** v.9, n.2, p. 47-58, 2009.

SOUZA, Marcelo J.L. **O Território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: _____. CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TRECCANI, G. D. **Estado do Pará:** do caos a terra de direitos (Campo Cidadão).: Instituto de Terras do Pará (INTERPA), Belém,2008.

THÉRY, Hervé.. **Pouvoir et territoire au Brésil.** De l'archipel au continent. Paris: Éditions de La Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.** Convênio Fipe-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), Brasília, 2001.

WIENOLD, H. **Brasiliens Agrarfront:** Landnahme, Inwertsetzung und Gewalt. Peripherie v.101/102, p. 43-68, 2006.

ANEXO**QUESTIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL
ASSENTAMENTO PAULO FONTELES**

Nome:

Idade:

Sexo:

1. Quantas pessoas residem na habitação?

2. Sua família é de origem local?

 Sim Não. Qual a origem?

3. Seu terreno é utilizado para algum tipo de produção?

 Sim Não

4. Em caso de afirmativa, qual?

 Verduras / hortaliças Mel
 Frutíferas Macaxeira
 Criação de animais Outro

5. Utiliza aditivos químicos para fertilização ou controle de pragas?

 Sim Não

6. De que forma o produtor aprendeu as técnicas de cultivo?

 Familiares Cursos -técnicos e etc-
 Comunidade Agentes externos
 Outro

7. Você conhece ou pratica as modalidades Agrícolas a seguir? (Marque C ou P)

 Agroecologia Agricultura Orgânica
 Agrossilvicultura Agricultura de precisão

8. Você ou algum membro de sua família participam de qualquer grupo, associação ou cooperativa de produtores ou de outro gênero?

() Sim. Qual? () Não

9. Qual o seu nível de escolaridade?

() Analfabeto/ semi-analfabeto () Ensino Fundamental

() Ensino Médio () Ensino Superior / Pós-graduação

10. Recebe suporte ou auxílio técnico/ financeiro de algum agente externo?

() Sim. Qual? () Não

11. De onde vem a água do consumo residencial?

() Poço artesanal () Nascente ou Igarapé () Cosampa

12. Qual o tipo de esgoto doméstico utilizado em sua residência?

Água Cinza: () Fossa convencional () Outro

Água Negra: () Fossa convencional () Outro

13. Na sua opinião, qual o pior problema ambiental da região do Assentamento Paulo Fonteles?

() Resíduos sólidos/ lixo () Queimadas

() Saneamento básico/ qualidade da água () Outro

14. Qual o principal problema social?

() Educação () Saúde

() Criminalidade () Moradia

() Outro

15. Qual o destino dos seus resíduos sólidos?

() Queima () Coleta seletiva () Descarte

() Outro

16. A coleta de lixo local funciona de maneira eficaz?

Sim Não

17. Já presenciou ou ouviu histórias sobre acontecimentos sobrenaturais na Ilha de Mosqueiro (mitos/lendas)?

Sim Não

18. Você tem fé nas crenças populares a ponto de mudar seu comportamento em alguma circunstância?

Sim Não

19. Na sua opinião, a crença em mitos e lendas da região de alguma forma favorece a preservação da mesma?

Sim Não

20. Você consideraria o seu bairro um ambiente:

Conservado Pouco Conservado Pouco degradado

Degradado